



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º **02/2008**

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2008
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 25 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA.....	--
- ORDEM DO DIA.....	06
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	38
- ENCERRAMENTO.....	40

ACTA N.º 02/2008**ABERTURA**

Aos quatro dias do mês de Abril de dois mil e oito, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua Conde da Ericeira, em Covilhã, reuniu em Sessão Extraordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Victor Manuel Garcia Rebordão** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - Concurso Público para Gestão Urbanística e Ocupação Produtiva do Campo das Festas e Novo Quartel dos Bombeiros Voluntários da Covilhã;
- 1.2 - Novo Mercado Municipal;
- 1.3 - Parlamento da Juventude;
- 1.4 - Proposta de Suspensão Parcial do Plano Director Municipal - Zona Industrial do Tortosendo - 3.ª Fase;
- 1.5 - Isenção de Taxas de Operações Urbanísticas na Freguesia de Unhais da Serra;
- 1.6 - Primeira Revisão ao Orçamental de 2008;
- 1.7 - Proposta de Alienação de parte do Capital Social da Empresa Municipal ADC - Águas da Covilhã, EM;
- 1.8 - Cisão do Capital da Empresa ADC - Águas da Covilhã, EM e Constituição da ICOVI - Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, EEM;
- 1.9 - Participação do Município da Covilhã no Capital da ADS - Águas da Serra, SA.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Carlos Alberto Matos Mendes e Dr. José Curto Pereirinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Prof. Bernardino Gata da Silva, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Dr. João Carlos Ferreira Correia, Dra. Sandra Cristina Pires Praça, Dr. Marco António Barreiros Gabriel, Dra. Maria da Ascensão Albuquerque Amaral Figueiredo Simões, Dr. Domingos Sousa Beato, Artur Filipe Schouten Patuleia, João Manuel Pinto, Dr. José Curto Pereirinha, Dra. Telma Catarina Dias Madaleno, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, João Manuel Barqueiro Lanzinha, Pedro Nuno Cunha Leitão, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Ricardo Emanuel Proença Abreu, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, José Manuel dos Santos Santarém, Dr. João Rosa de Almeida, Abel Fernando Pereira Cardoso, Dra. Ana Maria de Jesus Monteiro, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. José Flávio Martins, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, Isilda da Silva Barata, Eng.º Francisco José Puebla Simões, Dr. Carlos José Duarte Mineiro, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Luís Filipe de Matos Pais e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra), José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar- Galo), António Geraldés Ramos (Casegas), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), António Paulo Pereira Ranito (Conceição), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), Maria Esmeralda Simões Santos Varandas (Dominguiso), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António Canário Marques da Silva (Orjais), Joaquim Carvalheiro dos Santos (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Dr. Jorge Manuel da Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel), Carlos Alberto de Matos Mendes (Teixoso), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldés Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Baptista Lopes (Vila do Carvalho). -----**

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor: **Enf. António Mendes Paulo (Erada)**. -----

Verificada a existência de “quorum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente sessão**. -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Prof. Joaquim António Matias, Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Chefe de Secção Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

ORDEM DE TRABALHOS

--- Submetida a Ordem de Trabalhos, à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em Exercício, disse que atendendo a que na presente Sessão não há Período Antes da Ordem do Dia e dado que um Senhor Deputado solicitou autorização para apresentar um Voto de Pesar, submeteu à consideração da Assembleia a sua apresentação. -----

--- Ninguém se opondo, o Senhor João Pinto apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do **Senhor Prof. José dos Reis Barata (doc. 1)**. -----

--- Colocado o Voto de Pesar à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “como é visível e notório, esta não é uma Assembleia Municipal comum. Porque todos verificamos, à entrada, que a partir do momento... e eu respeitei, naturalmente, foi por respeito ...”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa: “isto é uma Sessão de Trabalho Extraordinário, não tem Período Antes da Ordem do Dia, por isso vamos entrar no período de trabalhos. O que se passa, como o Senhor sabe, é que esta sala tem uma lotação limitada e tivemos que nos precaver para que a Sessão pudesse decorrer, que os trabalhos pudessem decorrer, sem problemas. As pessoas que foram chegando, foram entrando, ocuparam os seus lugares no público. Os Senhores Deputados Municipais estão aqui para trabalhar em conjunto com a Assembleia e com a Câmara e não vejo que haja qualquer problema em darmos início aos trabalhos”. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “Tem toda a razão, o espaço é limitado, todos o reconhecemos. Mas, creio que, também, todos devemos reconhecer que era completamente desnecessário a montagem de um verdadeiro “checkpoint” à entrada, como foi montado. Eu tive receio, sinceramente, que me revistassem a mochila.

Posso fazer uma proposta? Existe o reconhecimento público. Aliás, a Câmara anunciou um novo edifício público para a Assembleia Municipal e porquê? Porque o actual, o Auditório das Águas da Covilhã, onde funcionam as sessões da Assembleia Municipal, não tem, manifestamente, condições nem para os eleitos e sobretudo para o público. Não é comum que, o público da Covilhã, que os Covilhanenses, venha à Casa da Democracia, como veio hoje. Eu proponho, creio que é de todo o bom senso, suspender os trabalhos, para um local a marcar, um novo dia.

Tenho que concluir que o estado da nossa Democracia Local é infelizmente, caiu infelizmente...em níveis....

Senhor Presidente Democracia para o Povo, pelo Povo e para o Povo!” -----

- Senhor Presidente da Assembleia em Exercício: “Isso é aquilo que o Senhor pensa. Isso é aquilo que o Senhor quer. O Senhor tem que aprender a respeitar a Democracia. As sessões da Assembleia Municipal funcionam nesta sala e é aqui que tem que ser realizada”. -----

- Senhor Dr. Jorge Fael: “Senhor Presidente, Democracia para o Povo, pelo Povo e para o Povo!” -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “não me parece que o número de pessoas que estão lá fora... e até pela forma como a sala está disposta, penso que, até para evitar acusações que podem ou não ser injustas. Eu apelava, a que reflectissem sobre a possibilidade das pessoas entrarem”. -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata: “a Democracia tem regras. Há quem as cumpra e quem as não cumpra.

É uma Assembleia Extraordinária como, o Senhor Deputado Fael, sabe. O Senhor Deputado sabe, que em política, e sobretudo em Democracia, aceitam-se as regras e as regras são estas: não há espaço!

O que o Partido Comunista quer, naturalmente, é aproveitar o caso.

Eu vou-lhe lembrar, já houve uma vez, nesta Cidade, era eu Presidente da Assembleia Municipal, tinha como líder da Bancada, o Partido Comunista, o Grande Homem Covilhanense, um Grande Líder da Bancada, que era o Senhor Dr. Raposo de Moura; o Senhor Dr. Fontes Neves era o responsável pela Bancada do Partido Socialista; eu, era Presidente da Assembleia, ingénuo mas não inocente. Vieram falar comigo, quando esta Assembleia permitiu a saída da electricidade, dos Serviços Municipalizados para a EDP e tínhamos reuniões naquela Sala das Sessões da Câmara Municipal, pequenina, não era no Salão Nobre e já naquela altura, o Partido Comunista, fez a sua função. Mas, ainda estávamos no “PREC”, sabe? Era um “PREC”!

Mas, Senhor Presidente ponha V. Exa. à votação a proposta. E de uma vez por todas resolvemos a questão. É a proposta que a nossa Bancada faz”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia em Exercício: “acho que, não há necessidade de por à votação, há todas as condições para que os Trabalhos possam decorrer. Vamos dar início ao Período da Ordem do Dia”. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.1- CONCURSO PÚBLICO PARA GESTÃO URBANÍSTICA E OCUPAÇÃO PRODUTIVA DO CAMPO DAS FESTAS E NOVO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Março de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos de apreciação/ discussão, através do ofício n.º 02750 de 2008.03.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara: "A Câmara Municipal pediu a esta Assembleia o agendamento de dois pontos específicos: um, diz respeito à ocupação produtiva do Campo das Festas, muito embora seja discutível se ele, hoje, não tem uma ocupação produtiva, na medida em que é Parque de Estacionamento; um segundo, tem a ver com a construção do Novo Mercado Municipal.

São indissociáveis as questões que vou levantar. Se, depois, a Assembleia entender que sobre o primeiro e o segundo tem questões distintas, estou disponível para responder.

Nos últimos dias, foi comunicado, ao Concelho, um conjunto de decisões estratégicas que passam, essencialmente, pela dinamização do tecido produtivo e pela criação de emprego. Foram assinados contratos, com a Empresa que vai instalar-se no último piso do Mercado Municipal, criando cerca de 500 empregos, até final do ano que vem e até final deste ano cerca de metade. Daqui, resultaram um conjunto de reflexões, que já vinham a ser feitas há muito tempo, relativamente à questão do Mercado Municipal.

O nosso Mercado tem cerca de 60 anos. Ele nasceu numa época e numas circunstâncias que hoje já não são mais as mesmas, quer do ponto de vista dos consumos, da nossa Cidade e dos Consumidores, quer do ponto de vista da oferta. O tempo, em relação a estas estruturas, tem, também, a sua acção erosiva e a sua acção que exige mudanças. O que se tem verificado é que, para além disso, ainda recentemente, fomos chamados à atenção pela ASAE quanto às questões higiene sanitárias do actual Mercado. Segundo as análises feitas, por esse Organismo, o Mercado, necessita de mudanças profundas para poder garantir a continuidade de venda dos produtos perecíveis.

Por outro lado, havia zonas, do Mercado, que tinham pouca produtividade. Os próprios o diziam, como era o caso dos comerciantes, dos cerca de 15 comerciantes que se encontravam no último piso do nosso Mercado. Aliás, eu tinha sempre presente, quando visitava o Mercado Municipal, desde logo me abriam os braços dizendo: está a ver, não há clientes, não há clientes, o poder de compra está mau. Agora, quando tive que falar com eles, para estudarmos a mudança, o negócio já ia bem e já havia dificuldades em aceitarem essa mudança. Mas, isso era natural. Sempre que há aspectos que mudam, na vida das pessoas, sobretudo pessoas que têm o seu negócio estabelecido, há anos, é natural que isso aconteça.

Mas, dizia eu que, fruto de um conjunto de circunstâncias, que passam por esta oportunidade de criarmos emprego, no Centro da Cidade, e pela análise feita às circunstâncias do actual Mercado, a Câmara da Covilhã, tomou um conjunto de opções, relativamente a esta matéria. Uma delas prende-se com a existência de um espaço à volta do Cemitério da Covilhã, que precisa de ser requalificado.

Se, a Assembleia Municipal e o Senhor Presidente, entendem que as informações que estou a dar não são necessárias, sento-me naquela cadeira, já não abro a boca e assisto às votações. Só se assegura estas condições, no silêncio. Eu sei que os nervos são muitos". -----

- O Senhor Prof. Bernardino Gata: "A intervenção do Senhor Presidente da Câmara tem a ver com o primeiro e com o segundo ponto. O primeiro e o segundo como sabem, vocês certamente consultaram toda a documentação, foram ao site da Câmara, estão relacionados um com o outro.

A intervenção do Senhor Presidente é, uma intervenção abrangente e que pretende em dois pontos... Estes dois pontos, penso que não estou enganado, não estão sujeitos a votação. Isto é, informação da Câmara, para ouvir também as nossas opiniões. Portanto, vamos ouvir o Senhor Presidente da Câmara”. -----

- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “A Mesa da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente tem sido rigoroso e escrupuloso com os Deputados Municipais, principalmente da oposição, no que toca às intervenções na Ordem de Trabalhos. Muitas vezes, quando algum de nós tenta falar, para além, daquilo que é o âmbito do ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente e bem, e bem, diga-se de passagem, faz questão de lembrar, que esse ponto, essa matéria em questão, não cabe no ponto da Ordem de Trabalhos.

Aquilo que eu pergunto, ao Senhor Presidente, é primeiro, qual é o ponto da Ordem de Trabalhos que estamos a discutir? Segundo, se é ou não para cumprir aquela ordem de trabalhos? Se é, ou não, para ser seguida aquela Ordem de Trabalhos?

Depois, dizer, ao Senhor Presidente da Câmara, que nós temos o maior gosto e queremos ouvir as suas explicações. Agora, devem convir que mesmo para as Bancadas da Oposição, por exemplo, nós temos o trabalho preparado. Nós, temos intervenções preparadas e a pessoa que se vai inscrever para falar do Mercado Municipal, possivelmente pode não ser a pessoa que se vai inscrever no Campo das Festas”. -----

- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Eu, queria ver se ultrapassávamos esta questão. Quero deixar bem claro, uma coisa: enquanto pessoa, pessoa educada e formada, obviamente que vou aguardar, vou escutar, o Senhor Presidente, seja qual for a altura em que esteja a falar.

Agora, há aqui uma questão que é esta: há que determinar as regras formais. Provavelmente, a melhor maneira de orientar, isto (a fim de evitar, até, um clima desagradável, em torno de intervenções do Senhor Presidente da Câmara), sugiro, ao Senhor Presidente da Assembleia que sugira ao Senhor da Câmara, que intervenha sobre o ponto que estava a falar, no ponto”. -----

- O Senhor Prof. Reis Silva: “Sobre este assunto, que está aqui em causa e em discussão, é só dizer que: em Democracia, as regras não se fazem ao sabor dos ventos ou, seja, em Democracia existem regras, que todos devemos cumprir. A regra dos lugares marcados, foi construída hoje, foi definida por alguém.

Sobre a Ordem de Trabalhos e sobre o ponto que está em questão, eu defendo aquilo que já alguns intervenientes o fizeram: O Senhor Presidente da Câmara pode e deve intervir, em cada ponto agendado, na Ordem de Trabalhos, pela sua ordem”. -----

- O Senhor Presidente da Mesa: “Os pontos 1.1 e 1.2 não tem votação. São, apenas, informação do Senhor Presidente. Não vejo porque é que, os Senhores, estão a levantar tanta onda.

O Senhor Presidente esclarece a Assembleia e o Público que está aqui presente. Porque é que, o Senhor Presidente, não pode dar a informação, aos Senhores Deputados, dos pontos conforme entende que deve apresentar?

Não vejo porquê, estes pontos não têm votação. Os Senhores poderão intervir nos dois pontos ao mesmo tempo. Se são dois Deputados, ou três, que querem intervir, vão ter o

vosso tempo para poderem falar. Portanto, acho que se está aqui a fazer uma tempestade num copo de água.

Podemos dar continuação aos trabalhos, ouvindo as explicações, do Senhor Presidente e os Senhores tomam notas para intervirem no vosso tempo”. -----

- O Senhor Presidente da Câmara: “Quando a Câmara Municipal pediu, à Assembleia, para introduzir estes dois pontos, foi para que a Assembleia se associasse à discussão pública que pretendemos se faça. É nesse sentido que venho prestar o máximo de informação, quanto àquilo que esteve por detrás das opções do Município. A questão da utilização, nova, do actual Mercado Municipal, é uma das questões essenciais desta reflexão a segunda é o seu estado em termos de espaço, em termos de acessibilidade e em termos de modernidade que hoje se exige para estas áreas, quase no mesmo plano de concorrência com as áreas comerciais privadas. De tudo isto, nasceu a necessidade de, olharmos para um conjunto de opções, onde se integra a possível utilização do Campo das Festas. Olhando para a necessidade de requalificar a área envolvente ao Cemitério, a Câmara adquiriu a antiga Fábrica de Francisco Gomes Moço. Houve uma decisão no sentido de tomarmos, também por utilidade pública, posse da antiga Garagem de S. Cristóvão, as negociações, com os restantes espaços, encontram-se muito adiantadas, para dispormos de uma área de cerca de 6 mil metros quadrados, conjugadas com o espaço que está em frente, vai-nos permitir ter ali um outro desafogo, com a correcção da estrada, do arruamento que passa frente à entrada para o Cemitério e rectificando a curva.

Daqui nasceu a ideia de aí localizarmos o novo Mercado Municipal, e de criarmos num piso plano, com 5 mil metros quadrados, um estacionamento público gratuito e, ao mesmo tempo, construirmos, no primeiro piso, o novo Mercado Municipal que teria: os frescos, a carne, o peixe, os queijos, enfim, todas as modalidades que temos agora. Portanto, cerca de 5 mil metros quadrados, que ficariam ali construídos. Numa construção, que não é complicada, em duas placas e ao mesmo tempo um estacionamento.

Disto, deriva que, olhemos para o Campo das Festas, que é um dos pontos que também aqui está. É objectivo dos Bombeiros Voluntários da Covilhã terem um novo Quartel que responda às necessidades que vão sendo colocadas. O Secretário de Estado, há pouco tempo, anunciou na Covilhã que iríamos ter fundos comunitários, para este efeito, só que não disse que, os fundos comunitários, serão para aquelas Corporações que não tiveram construção de Quartéis desde o 25 de Abril, pelo que o nosso está excluído e estando excluído, das duas uma ou, a Câmara conseguia recursos da Tesouraria ou, então recorríamos ao mesmo modelo que tivemos quando foram construídas as actuais Instalações, que foi, praticamente, por contributos da Cidade, das Instituições e depois a assunção de uma dívida por parte da própria Corporação.

A nossa ideia é, que se possa ligar a utilização do Campo das Festas à obrigatoriedade de construção de um novo Quartel.

Isto tem uma outra nota, que é importante trazermos aqui: Castelo Branco e a Guarda estão prestes a terem uma segunda unidade Comercial e esta visão, do que se passa à nossa volta, deve levar-nos a reflectir sobre as condições de concorrência, também, da nossa Cidade. Nós temos, praticamente, hoje uma única unidade Comercial, de grande dimensão, na zona sul da Cidade e, há que saber, há que reflectir. Temos que reequilibrar esta oferta, que à nossa volta se vai produzindo, dando a oportunidade de localizarmos também uma segunda unidade Comercial que venha, eventualmente, a encontrar resposta por parte do mercado. Que a localização dessa unidade, puxe para

norte da Cidade, como se impõe maior tráfego de utentes e de consumidores. Se assim for, quem se disponibilize, em concurso público, para essa utilização, tenha a obrigatoriedade de construir o novo Quartel dos Bombeiros Voluntários da Cidade, que seria na área da Estação de Caminho de Ferro, para utilização da Central Eléctrica que está subaproveitada, como sabem.

Portanto, teríamos a utilização da Central Eléctrica e a construção do restante espaço lateral. Esta intervenção, na zona sul, iria de par com um projecto que nós temos, também, pensado que resulta do princípio de acordo estabelecido com a REFER. É a reconversão do Programa Estações com Vida, que foi praticamente metido na gaveta, nos últimos tempos, e que permitiria, ainda assim, resolver o outro problema da Cidade. Temos, neste momento, a Central de Camionagem completamente exausta de espaço, para o movimento que a Cidade já tem. Há necessidade de construir uma nova Central de Camionagem, o espaço de alargamento não é, propriamente, o melhor, em termos de condições de conforto e do uso. Por outro lado a, nossa, Estação de Caminho de Ferro, também não oferece essas condições. Donde resultou o princípio de acordo, com a REFER, de irmos a fazer uma Central de Transportes INTERMODAL.

Este conjunto de projectos, estão a nascer num momento em que nós nos preparamos para apresentar candidaturas ao QREN.

De modo que, isto aqui, ainda é virtual. Há muito quem queira que permaneça aí. Mas na Covilhã, vai tendo alguma desilusão, vai falando do virtual e depois tem que encaixar o real. Este é o aspecto, que eu queria aqui trazer, de opções que só serão levadas para a frente se sentirmos que estamos consonantes com a Cidade.

Da necessidade de construir um novo Mercado Municipal, da necessidade de construirmos um novo Quartel dos Bombeiros, de utilizarmos o Campo das Festas, se tivermos um espaço de estacionamento público gratuito, na área onde hoje se situa a zona confluyente com o nosso Cemitério, se isso serve à Cidade ou não. É isso que está em discussão. É isso que eu gostaria de ouvir, aqui trazido pelas vozes que representam o Povo da Covilhã, nesta Assembleia Municipal. Porque a Câmara apurará os paços seguintes. Não há votações, sobre esta matéria. Porque mesmo, o caso consumado, que fosse da alienação do Campo das Festas, sê-lo-ia em acto próprio com as condições definidas à altura.

O que está aqui em causa é uma auscultação sobre: matérias que são estratégicas e cujo desenvolvimento provém de um conjunto de decisões e circunstâncias que, muitas vezes, não são espectáveis no tempo. Mas, que agora se verificaram.

Devo dizer-vos que, tratamos com o maior cuidado as questões de relacionamento das pessoas e que implicam com pessoas. Como seja o caso dos Comerciantes (que estavam no último piso, do terraço, que de 40 e tal módulos que lá havia no início, estavam agora apenas 15, que abriam apenas, alguns deles parte da semana, num período muito curto do dia). Havia um subaproveitamento daquela área. Recebi-os na Câmara, acordou-se a sua deslocação para o Terraço do Edifício do Sporting. Onde conto, dentro de 30 dias, instalá-los, numa zona mais central ainda da Cidade, com liberdade absoluta de horário, sem o condicionamento que tinham no Mercado.

Sobre a questão da zona Histórica, queria dizer-lhes que: a Câmara adquiriu as antigas instalações do BNU, as mais recentes, para ali instalar o Urbanismo, que tem vindo a crescer, que tem cada vez mais necessidade de técnicos e é também uma estrutura Municipal, que vai ficar localizada no Centro da Cidade; Estamos em negociações, com a PT, para a possível aquisição do Edifício da PT; temos, neste momento, outras negociações em curso na área das novas tecnologias e que a nossa intenção é canalizarmos, também, para estes espaços a utilização, de forma a que possamos

pensar pela 1ª vez a nossa área histórica, não apenas, como uma área de habitação, como uma área de comércio mas, como uma área de emprego.

Estou muito satisfeito, porque: nas inúmeras discussões, sobre a questão da área histórica, toda a gente falava apenas no Comércio Tradicional, esquecendo que há esta saída que nós vimos trabalhando, longamente, e há muito tempo e que agora teve este sucesso. Porque é que não havemos de assinalar, visto que cabe a muitos, da oposição, assinalar os insucessos e as omissões, este grande sucesso?

Estávamos em disputa com outras Câmaras Municipais que desejavam, obviamente, esta decisão, a favor das suas terras, que foi conseguida para a Covilhã, de par com outro investimento, no aeródromo da Cidade, que já foi publicitado, que vai ser muito importante e que espero, pela sua complexidade, que seja levada a bom porto e que no próximo ano possa ter aqui, justamente, a 1ª unidade a sair já montada da Covilhã. No próximo dia 14, vamos ter a celebração, vamos ter a formalização dos contratos. Vai estar em exposição, no Aeródromo, a 1ª unidade, a unidade, que nós vamos aqui montar na nossa Cidade. O avião que vai ser montado na Cidade. Deixo aqui essa notícia e o convite a que todos possam identificar-se com esse aspecto.

Eram essas informações que aqui queria trazer. Agradeço as comunicações que sejam feitas, de apreciação, deste conjunto de projectos.

A Câmara vai deixar que a opinião pública se exprima até ao final do mês de Maio e depois, aí, tomaremos as decisões para levar por diante a realização destes objectivos”.

--- Submetido o assunto à discussão, foram intervenientes os Membros:

- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Em relação ao Campo das Festas: o Partido Socialista já expressou a sua posição, pela voz dos Senhores Vereadores, na Câmara Municipal, pelo Presidente da Comissão Política e é essa a posição oficial que o Partido Socialista tem. O Partido Socialista, tem dúvidas em relação à forma e aos argumentos que são apresentados e são aduzidos como forma de justificação da alienação do Campo das Festas. No entanto, estou, nesta Assembleia, em representação do Partido Socialista e é esta a posição, mas, também sou Cidadão e não posso, a título pessoal, deixar de colocar um conjunto de questões que, para mim, são, absolutamente, essenciais:

1ª - Entendo que é possível e que é necessário resolver o problema dos Bombeiros, não acho que seja sério, não acho que seja justo, não acho que seja legítimo, amarrar-se esta situação nobre (a causa nobre que é, dos Bombeiros e não é desta Câmara Municipal, nem é do PS, nem é do PSD, é de todos os Covilhanenses) a uma acção de especulação imobiliária, por parte da Câmara Municipal;

Quanto ao 2.º argumento da Câmara que é uma forma de revitalização do Centro da Cidade, tenho as maiores dúvidas. Tenho as maiores dúvidas e o Senhor Presidente a este respeito também não nos disse, não se nos esclareceu muito mais.

Sabemos que o recente estudo que foi feito, conduzido, pelo Doutor Pires Manso, na Universidade, não merece grande credibilidade por parte do Senhor Presidente da Câmara e por parte deste Executivo. Talvez, percebemos agora, porque um dos critérios, que nos parece, desta maioria para medir a dimensão das Câmaras é se têm muitos Shopping's.

E, portanto, devo dizer que tenho as maiores dúvidas em relação a esta dinamização.

Eu acho que: a dinamização do Centro da Cidade, é feita com a recuperação do Centro Histórico, se calhar, seguindo os exemplos, daquilo que acontece em diversas Cidades Europeias, em que se aplica a filosofia de Centro Comercial, de um Shopping e isso eu

acho que estávamos a prestar um excelente serviço aos Covilhanenses e um excelente serviço ao Urbanismo da Cidade, ou seja, por exemplo, a zona da Rua Direita, a zona da Judiaria, a zona Histórica da Cidade, que fosse recuperada com uma filosofia de Shopping, de Centro Comercial criando lojas “antro”, criando serviços, tornando aquele espaço agradável.

Porque o que é que vai acontecer, Senhor Presidente, aquilo que vai acontecer com, mais, a construção de um Shopping, naquela zona... qual é a viabilidade do Mercado Municipal? Qual é a capacidade competitiva que os nossos Agricultores, que vêm vender ao Mercado Municipal e que estarão a 500m do novo Shopping? Qual é a capacidade de competição, que eles têm, com uma grande superfície colocada no Campo das Festas? Qual é a capacidade competitiva que tem o actual Comércio Tradicional, no Centro da Cidade, com um Shopping a 500m de distância? Tenho as maiores dúvidas, Senhor Presidente, que a utilização do Campos das Festas, para um Shopping, vem a cumprir com aquilo que é o seu objectivo de re-dinamizar o Centro da Cidade. Mas, também concedo que é preciso uma solução para o Campo das Festas. Mas, vamos estudá-la! Não me parece que esta seja a solução milagrosa para recuperar o Centro da Cidade.

O Senhor Presidente assina um memorando, que vem anexado aos documentos da acta, que foi enviada à Assembleia Municipal e passo só a ler esta frase, como justificação do novo Mercado: “O actual Mercado Municipal, tem mais de 60 anos, não oferece, por estas razões, as condições exigidas para garantia de utilização adequada, do ponto de vista higiénico sanitário”. O argumento que nos é apresentado é, a idade do Mercado. Eu acho isto extraordinário.

Senhor Presidente, parece que, a Câmara Municipal, o edifício da Câmara Municipal, fez 60 anos, também, esta semana, ou por estes dias. Será que o edifício da Câmara Municipal também já perdeu a validade? O melhor argumento que os Senhores têm para justificar o novo Mercado é dizer que é velho? Então o que dizer dos Mercados Centenários que existem por estas Cidades fora?

Admito que não tenha condições. Mas, que isto seja um argumento aceitável... para mim, não é. E, acho que para os Senhores Deputados não deve ser.

E, acho que isto é de uma pobreza de espírito, é de uma pobreza tal... não acho aceitável. Acho que tem que haver outros critérios que presidam este tipo de decisões. Certamente que o Senhor Presidente, quando nos vem aqui dizer que aquele edifício já não tem condições, tem os Técnicos que lhe dizem isso. Não vi nenhum estudo. Certamente, o Senhor Presidente tem uma informação privilegiada, que nós não temos. Acho que era essa informação que nos deveria trazer aqui. “Olhe, segundo os técnicos, segundo as pessoas entendidas, o Mercado não tem condições porque isto, por aquilo, pelo outro”. Toda a gente conseguia perceber isso e aí sim era, de facto, um bom motivo para se fazer um novo edifício.

Depois o Senhor Presidente diz-nos que quer abrir a discussão, quer tornar pública a discussão e quer envolver todos os Covilhanenses. Mas, eu tenho dúvidas, até que ponto vai a abertura, para esta discussão. Porque o Senhor começa por nos dizer, logo de princípio, este Mercado não serve, este edifício não serve. Para mim está ainda por demonstrar se serve ou se não serve. Enquanto não mo demonstrarem... eu já ouvi pessoas a dizer que serve. Já ouvi comerciantes, já ouvi muitos comerciantes, lá do Mercado Municipal, que nos dizem que há condições, com pequenas obras. Primeiro serve, ou não serve? Se não serve, se a ASAE diz que não tem condições, se calhar, tinha-o fechado, como já fechou... se não tivesse realmente condições... nós já vimos

notícias, recentemente, da ASAE a fechar Mercados. E, portanto, se este não fechou é porque, se calhar, até cumpre as condições mínimas.

Tenho muitas dúvidas que, a nova solução, seja vantajosa. Nós sabemos que grande parte dos utilizadores, dos clientes, do Mercado Municipal, chega, de transportes públicos que estacionam a 50m. Quais são as condições que, as pessoas, têm para ir para a nova zona do Mercado Municipal? Ou seja, não estou seguro que seja a melhor opção e quando, o Senhor Presidente, nos diz que quer lançar a discussão pública, ponho reservas em relação à boa vontade dessa discussão pública. Porque começa logo por nos dizer que aquilo não serve, em 1.º lugar, e em 2.º lugar diz-nos logo que tem que ser naquele sítio. Também tenho as maiores dúvidas que a melhor localização do Mercado Municipal seja naquela zona que foi proposta pela Câmara Municipal". -----

- O Senhor Prof. Reis Silva fez a sua intervenção sobre: o Campo das Festas (**doc. 2**) e o Mercado Municipal (**doc. 3**). -----

- A Senhora Dra. Ana Monteiro: “A Câmara Municipal da Covilhã, persiste em incentivar a guerra do comércio, contra o comércio. Agora, com o seu campo de batalha, instalado, no próprio epicentro da nossa Cidade. Uma guerra em que o Comércio Tradicional, do Centro da Covilhã e o Comércio das Freguesias Rurais, são asfixiados por grandes estruturas Comerciais.

Da análise, do documento, do concurso público, mais especificamente do seu artigo 10.º, do capítulo 1, questiono se não será mais um pretexto, para operações urbanísticas, com outros fins? Não esconderá finalidades financeiras?

Sabemos da apetência, desta Câmara, para valorizar, apenas, operações que lhe rendam receitas, não olhando a meios. Sabemos da apetência, desta Câmara, para demolir tudo o que é Património Histórico e actividades Tradicionais. Em, outras, Cidades Portuguesas e Estrangeiras, subsistem e são incentivadas, grandes zonas de comércio e Mercados Tradicionais, em espaços de rua. O Campo das Festas, do qual já foram corridos os feirantes, seria um espaço ideal para a preservação deste tipo de Comércio Tradicional, os Mercados Periódicos, de Rua. Onde vai, a Câmara da Covilhã, instalar este tipo de Mercado? Conheço a resposta: em lado nenhum! Lembro que, era no Campo das Festas que se realizava a saudosa e tradicional Feira de S. Tiago, que agora ocupa as ruas da amargura.

O Bloco de Esquerda, questiona-se se, a dita ocupação produtiva, do Campo das Festas, também será entregue, neste concurso público, ao Grupo benemérito, dos cartazes da campanha do PSD, o Grupo SOMAGUE? Fará, também, parte do acordo de contrapartidas, no negócio das Águas? Não sei, não tive acesso aos termos da negociação.

Quanto à contrapartida de construção de um Novo Quartel de Bombeiros, para mim é mais uma operação para obter o aplauso de Parolos. A Covilhã necessita de um Novo Quartel, concordo. A responsabilidade, directa, da sua construção, terá de ser, da responsabilidade desta Câmara e da responsabilidade, directa, do Governo Central e não de contingências associadas a um concurso público.

Em relação ao ponto 2 - Gostaria de lembrar a Câmara Municipal da Covilhã que, acredito que por lapso, se esqueceu de me enviar informação, do Director da DPU, cuja proposta está na base da aprovação do Novo Mercado da Covilhã.

Questiono a necessidade da construção de um Novo Mercado Municipal, na Covilhã? Na minha opinião, este edifício, de referência na nossa Cidade, para 60 anos, não está assim tão mau, pensando na dita finalidade para que foi criado. Nesta situação,

específica, encostar qualquer decisão, às exigências da ASE, é uma estapafúrdice, de quem, com certeza, não é cliente do espaço e não se lembra do investimento, de vulto, que já foi ali efectuado. Precisar, sim, de uma remodelação, como todos os edifícios com 60 anos, no sentido de serem criadas as condições exigidas. Localização numa área a Sul do Cemitério Municipal? Localização fundada numa justificação elíptica! Fundada em nada! Sem pareceres técnicos, entendidos, em questões patrimoniais e actividades tradicionais, onde é que eles estão? Cedeu, a Câmara, o edifício do Mercado Municipal para a instalação de um dito “Call Center”, despejando literalmente, os seus Comerciantes”. -----

- A Senhora D. Isilda Barata: “Quanto à instalação de uma Nova Superfície, de facto, está tudo para o lado Sul, mas ainda haverá consumidores para uma nova superfície? Com certeza que terá alguns estudos para que, a Câmara, invista nesse sentido.

Quanto à mudança do Mercado: não sei se é o melhor local, uma vez que as pessoas que vão ao Mercado usam muito os Transportes Públicos, os Transportes Urbanos. Se o terminal 1 não mudar, não sei como é que vai ser o acesso a essas pessoas que vão de autocarro fazer as compras ao Mercado Municipal, algumas ainda por tradição, e porque realmente é apetecível ir ao Mercado Municipal.

Temos uma determinada afectividade por esse edifício e espero que mesmo instalando novos, com certeza será aproveitado, que a sua fachada fique assim. Porque é um edifício a que nos habituamos a ver na Covilhã e que gostamos. Os documentos vão a discussão pública e, o Senhor Presidente, terá em conta a opinião dos Cidadãos e tomará a decisão conforme a sua opinião”. -----

- O Senhor Dr. Jorge Fael: “Tudo o que a Bancada do PCP tinha a dizer foi, praticamente, dito pelo meu Camarada Reis Silva. Mas, tinha alguns esclarecimentos a solicitar neste sentido. Também acho que, uma Covilhã de cinco estrelas, não passa, propriamente, por modelos de crescimento assente em “Call Center’s”, não creio. Com isto, não se infira, das minhas palavras, que não consideramos a criação de postos de trabalho, com as popularidades que são conhecidas neste tipo de postos de trabalho, não estamos propriamente a falar em investimento, que cria riqueza, que é reprodutível, que fixa pessoas, estamos a falar de locais de trabalho que, só quem não conhece é que pode porventura, pensar que são qualquer coisa de fantástico. Não são. Mas, como disse, não se infira das nossas palavras que não reconhecemos, naturalmente, este tipo de actividade, não é isso. Eu creio, até, que os Sindicatos, estarão e devem estar, a própria Câmara deve estar disponível para garantir que as condições de trabalho, ali existentes, serão as melhores.

Segundo ponto, as contrapartidas públicas. Há hoje um modelo, diria, quase selvagem, de competição entre Cidades, pelo investimento. Isto leva a quê? Leva a que as Cidades ofereçam mais e mais e mais aos investidores privados. As contrapartidas públicas não são determinadas pelo Poder Político, pelo Poder Público, mas são impostas pelo Privado, ou seja, eu vou para a Cidade A, se me derem um espaço, se tiver mão-de-obra barata, se tiver mão-de-obra universitária, etc. etc. etc. (e, é preciso que no domínio das contrapartidas públicas, entregues ao privado, é preciso dizer que, nomeadamente, a Bancada da CDU, tem tido algumas dificuldades em obter informação por parte da Câmara, relativamente, a essas contrapartidas públicas). Dinheiro dos Covilhanenses, dinheiro público, que é entregue aos Grupos Económicos Privados. Estou a falar, por exemplo, das Termas de Unhais da Serra, Senhor Presidente, tem lá um requerimento, há não sei quantos meses, são muitos meses, a pedir quais as contrapartidas públicas,

qual o impacto do investimento público em torno do Centro Termal em Unhais da Serra. E, sobre este contrato, sobre a assinatura deste contrato, com a VODAFONE, queremos e fica aqui já o requerimento via oral. Nós queremos saber, por exemplo, quanto é que a VODAFONE está a pagar pelas instalações? Se paga alguma coisa? Queremos saber que contrapartida é que a Câmara Municipal da Covilhã oferece?” -----

- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Um comentário e duas ou três perguntas ao Senhor Presidente. O Comentário é este: nós, há cerca de 1 hora, votámos um Voto de Pesar por uma pessoa com quem eu tive algumas das maiores diatribes de que há memória nesta Assembleia. Posso-lhe garantir, após cada uma dessa diatribes, continuámos calmamente a fumar um cigarro, na Leitaria e a conversar sobre aquele assunto.

Eu apelo, às pessoas, que tenham uma dimensão mais elevada de forma de estar, na Assembleia, e não quero dar lições de moral. Provavelmente, também, já terei cometido os meus erros. Mas, directamente ao Senhor Presidente, digo-lhe: não custa, absolutamente nada, quando se vai alterar uma forma de gerir uma Assembleia ter uma breve conversa com os Líderes das Bancadas.

Relativamente às questões que eu queria colocar: obviamente que a intervenção de fundo, do Partido Socialista, já foi feita. Há, apenas, três perguntas que, não são retóricas. Gostaria que o Senhor Presidente me dissesse, exactamente, qual o motivo em que o estudo se fundamenta? Porque acha essencial, neste momento, retirar o Mercado dali? O Mercado Municipal poderá ter realidades mas, não são, já foi confirmado, não são referidas na proposta que nos é apresentada. Queria sabe-las mais em minúcia, até, por uma razão, o Mercado Municipal, muito mais do que a questão dos transportes, que me parece fácil de transpor, desempenha também uma função social, numa zona abandonada, numa zona antiga da Cidade, numa zona tradicional da Cidade. É uma fonte de dinamização social daquela zona. Portanto, é, ou não, indispensável e porquê? E porquê para aquele Local? A segunda questão: Não é possível, no conjunto de uma, eventual, negociação que integre o Campo das Festas, a realização de intervenções na própria zona histórica? Não estou a pensar, concretamente, em nenhuma, mas, enfim, é um “apport” que eu já estou lançando para esta discussão pública. Embora, eu pense que ela tem um pecado de origem, que já foi reafirmado, que é o facto de estar condicionado, nas suas respostas, a formulação das próprias perguntas”. -----

- O Senhor Prof. Bernardino Gata: “A Câmara trouxe aqui dois pontos que são muito importantes. Numa 1.ª abordagem na Assembleia Municipal e, certamente, também, por extensão, a discussão alargar-se-á à contribuição, ao escrutínio, dos Covilhanenses em geral.

Agora, como nota prévia, uma Câmara não pode estar à espera de discussões intermináveis, tem que tomar opções “à antiriori”. É preciso, aqui, dirimir bem o que é a responsabilidade de quem governa e o que é a contribuição, dos Senhores Deputados e da População em geral. Separando desde já as águas.

Do Partido Comunista, não espero nada. O Partido Comunista, em bom rigor, face à ortodoxia que tem, certamente que, se fosse Poder em Portugal até as Barbearias nacionalizaria, pelo menos, pelo menos! Agora, há uma coisa que me surpreende e que me choca: ouvir o Senhor Deputado Fael, que é um Deputado que nos habituou (enfim, com alguns intervalos menos lúcidos, mas normalmente) até, a estudar os assuntos, por

em causa a consecução de centenas de postos de trabalho na Covilhã. Isso é que é uma coisa impressionante e já nada me admira, embora me surpreenda.

Quanto ao Partido Socialista, o Senhor Deputado João Correia, fez perguntas com as quais eu também concordo, em princípio. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, fez 16 afirmações iguais “tenho muitas dúvidas sobre isso”, não vejo nenhum mal que o Senhor tenha dúvidas. Agora, quem está numa Câmara, só tem dúvidas que não podem permanecer no tempo e no espaço, sabe? Tem que resolver. E por isto, nesta Cidade, os Senhores têm andado a reboque das decisões que a Autarquia, chefiada por Carlos Pinto e Liderada por Carlos Pinto, tem assumido. Eu lembro-me do drama que foi, aqui, discutir nesta Assembleia, só faltaram lágrimas, choros e ranger de dentes, quando foi a aprovação do Silo Auto, lembram-se bem disso? Entretanto fez-se. O que foi o Jardim do Lago? O que foi os Parques Industriais? O que foi a PARKURBIS? Andaram e andam a reboque de nós! Porque, há uma coisa que eu vos quero dizer: quem decide, na Cidade da Covilhã, ouvidos os Órgãos, é a Câmara Municipal. Como está a acontecer hoje. É a Câmara Municipal e os Cidadãos, independentemente dos Partidos em que votam, revêem-se um pouco nesta capacidade de decisão e nunca provariam que a Câmara andasse, digamos, a rezar aos Santos para ter inspiração e que essa inspiração lhe pudesse depois dar a decisão. A Câmara decide e é assim que deve ser feito. Aliás, o que nos é, aqui, apresentado hoje é tão-somente, a autorização mais tarde, naturalmente, não é hoje ainda, para que o Mercado Municipal albergue 400 ou 500 postos de trabalho. Que se faça uma nova revitalização de uma zona que está morta, que está morta, junto ao Cemitério. Aquilo que, os Senhores, tanto clamam da revitalização do espaço, no casco urbano velho da Cidade, aqui está a resposta. O trazer comerciantes para o edifício do Sporting é mais uma tentativa útil, boa, capaz de revitalizar o Pelourinho. Então onde é que nós ficamos? A Câmara, apresenta soluções, põe estas soluções à discussão, trás já o trabalho feito, em matéria do que é uma antevisão correcta e depois, por favor, Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, certamente por equívoco, eu aceito, no Campo das Festas não há nenhuma especulação imobiliária, o Senhor, falou em especulação imobiliária, o que é que isso quer dizer? Superfície Comercial, que eu saiba, não é especulação imobiliária. O que vai acontecer, certamente, é melhor do que está agora. E sobretudo, também, a consecução de um projecto, que é fazer um Quartel dos Bombeiros com capacidade, com dignidade e com capacidade de resposta para o Concelho da Covilhã.

Senhor Presidente, eu termino da seguinte maneira: Vossa Excelência é a cara, dá a cara e deu o nome ao desenvolvimento da Covilhã. Estas palavras são, de Jaime Gama, noutras circunstâncias. Espero que o Partido Socialista da Covilhã tenha um novo Jaime Gama!” -----

- Senhor Presidente da Câmara Municipal: Eu queria agradecer os contributos positivos e os mais críticos que aqui vieram, também, para nós cumprirmos aquele objectivo que eu referi. Mas, antes de mais, permitam-me que aqui traga um documento, que hoje saiu num Jornal de Castelo Branco, em que vêm afirmações, do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco, que reuniu cerca de 100 Comerciantes para pedir apoio, para fazer face à grave crise que o sector atravessa e que preocupa muito a Cidade de Castelo Branco. Diz, o Presidente da Associação que o excesso de oferta resultou por culpa dos Governos Portugueses dos últimos 20 anos e que situação é esta: as pequenas Empresas estão a fechar, não têm espaço e a situação do Comércio Tradicional está a provocar muita angústia, até porque, estas pessoas, não têm apoio social, nem subsídio de desemprego.

Trago-lhes, aqui, esta nota para que nos situemos. Na sequência disto foi constituída, foram constituídas várias Comissões de Animação, de Descontos, Cartão de Descontos, etc. etc. Isto é em Castelo Branco. Fecharam, desde Janeiro de 2006, 120 Estabelecimentos, em Castelo Branco. O que é que eu quero dizer? Que nós estamos num Mundo onde há problemas comuns, que têm a ver com uma mudança estrutural do Comércio e que têm a ver, também, com opções que são feitas a nível de outras estruturas, no nosso País, e que têm a ver com as dificuldades que as pessoas hoje sentem e o País está a atravessar, no que respeita ao poder de compra. E sobre o qual, obviamente, responde, quem há 3 anos está no Governo e quem tem procurado, faço essa justiça, combater os factores internos e os factores externos. Isto é necessário dizer-se, para que algumas pessoas que, provavelmente, não passam ali da Gardunha, em termos de pensamento, queiram pensar que o problema é apenas da Covilhã. É um problema geral!

Com o mal dos outros podemos nós bem! É verdade!

E, por isso, cada Município tem a obrigação e cada responsável, ou os responsáveis, dos Municípios, têm a obrigação de procurar as soluções, próprias, para cada Município. Não há soluções chapa! Tipo chapa, que se aplicam aqui e que se aplicam além. Cada um sabe de si e cada realidade comunitária e os seus Responsáveis, como é o nosso caso aqui, temos que analisar aquilo que pode ajudar-nos, efectivamente, a dar o salto e a minimizar estas situações gerais.

Eu confesso que, há aqui perguntas que fazem parte do debate, que a Câmara propôs, como, por exemplo, as perguntas feitas pelo Senhor Deputado João Correia, porquê retirar o Mercado? Procurei dizer-lo. Mas, eu poria a questão em termos, também de pergunta, será que o nosso Mercado tem a projecção adequada, hoje? Será que é atractivo? Será que, hoje, se tivéssemos que partir de uma base zero e planear um Mercado para a nossa Cidade, era aquele Mercado que nós fazíamos? Vale a pena nós interrogarmo-nos e vale a pena perguntarmos porque é que, por exemplo, no Porto o Bulhão vai ser transformado? A Ribeira está exangue, a Ribeira em Lisboa, o Mercado da Ribeira, porque não tem consumidores. Como é que tudo isto pode ser avaliado, em termos de, perguntarmo-nos se hoje nós faríamos a estrutura que temos, que exige condições de acesso, que exige condições de embelezamento interior, que exige condições de circulação, provavelmente que exige que um casal que tem que deixar um filho, o deixe entregue durante 1 hora, para ir às compras, como os supermercados oferecem, que exige estacionar sem quaisquer problemas. Portanto, eu punha a questão nestes termos. É óbvio que quando falamos nas condições de higiene sanitárias é um outro dado. É um outro dado com o qual estamos confrontados. Dizia-se, aqui, porque é que ainda não fechou se assim... a ASAE? Não fechou porque é a Câmara Municipal. Porque se fosse um privado já tinha fechado. Como fecharam as Amêndoas de Portalegre. Essa é que é a razão! Essa é que é a razão!

Portanto, a minha resposta á sua questão é esta: se de facto entendemos que a Covilhã é hoje servida, em pleno? Porque, a Cidade tem que ter a ambição de respostas a 100%. De respostas excelentes. Não é respostas que a gente vira para o lado: ah! É o Mercado, é o que temos, paciência! Os Produtores e as Regateiras não têm as condições, mas é o que temos! Não pode! A Covilhã tem que ser inconformista! Tem que ser exigente! Tem que dar o melhor para poder concorrer! Só assim é que, hoje as pessoas, os casais que têm uma mobilidade completamente diferente, do que tinham os casais do passado, queriam estar ao pé dos Pais, queriam estar ao pé dos irmãos, queriam estar ao pé da Terra que os viu nascer. Hoje os casais circulam! E, se calhar, andam uns tempos a ver: onde é que é? Olha! Aqui, há cinemas onde passam as fitas

da moda; olha! Aqui, há pistas de gelo; olha! Aqui, os Mercados são muito atraentes; olha! Aqui, os Jardins são isto e aquilo.

Portanto, estamos a viver num outro Mundo e há quem queira pensar nas regras de um Mundo que já passou e a Câmara tem a obrigação de suscitar o debate, da Cidade, sobre isto! Se quer estar conformada...

Meus Caros Amigos! Eu tenho 14 anos de Câmara e já fiz muito do que queria fazer, pela Cidade. Não quero somar mais Mercados Municipais, ao meu Curriculum. E se a Cidade fizer sentir: ali, o Senhor, não toque! E, se quiser até anulo o contrato, com a VODAFONE e mando-os embora.

Meus Caros Amigos! Os Senhores, tiram uma série de carga de cima dos ombros dos que estão, na Câmara, a decidir. Porque isto: nós estamos em tempo de vacas magras e montar operações, de terrenos, de negociação de espaços no Centro Urbano, de arranjar o dinheiro, de aprovar projectos, de ultrapassar bloqueios burocráticos, faz cabelos brancos e nós só estamos a trazer propostas destas, porque estamos convencidos que a nossa obrigação para com a Cidade é esta: proporcionar este debate!

É por isso que esta proposta, obviamente, vai originar um conjunto de circunstâncias: os transportes públicos, que foi aqui trazido pela Senhora Deputada Isilda Barata, é claro que a Concessionária que vai pegar nos transportes, no dia 1 de Janeiro de 2009, vai ter que fazer um módulo de percurso para servir a nova realidade do Mercado; como vai servir a nova realidade, cada vez maior, do PARKURBIS e outras propostas, que estão em cima da mesa, suscitadas por Juntas de Freguesia, etc. É a oportunidade para que os transportes se adequem à necessidade da Cidade e não o contrário.

Eu lamento muito, mas o Partido Socialista passou 4 anos no Poder, no Século passado e eu pensei que, os Senhores tinham ao fim desses anos todos, uma ideia, uma proposta, um contributo criativo que surpreendesse as pessoas. Os senhores não propõem nada de novo! Os Senhores não propõem rigorosamente nada de novo! Zero! E quando alguém suscita o debate os Senhores apenas fazem considerações laterais. Olhe! Repare no que aqui foi dito quanto às questões de especulação, sabe porque é que é preciso mudar o Quartel dos Bombeiros e arranjar uma solução para que alguém pague o Quartel dos Bombeiros? Porque, eu disse aqui logo no início, o Governo disse que, as Associações de Bombeiros Voluntários que têm Quartéis Novos, depois do 25 de Abril, que não são financiadas, agora. O Senhor espera que seja a Câmara a ter capacidade para gastar 400 mil contos, a 100%, para construir o Novo Quartel? O Governo impõe esta medida se, quando agora se falou na possibilidade de apresentar candidaturas, nos dissessem: olhe que isso tem 70 % garantidos ou 80. Bom! Até podíamos imaginar outra solução. Mas temos a Direcção, o Comandante da Protecção Civil, a dizer-nos que o Quartel não serve. As ambulâncias, quando saem para o exterior, em 85% dos casos, têm que atravessar o Centro da Cidade. E esta realidade, aqui, o Governo coloca-a como um empecilho, às Câmaras, e o Senhor acha que vai dar-se ali especulação.

Esperava bastante mais da vossa proposta e também esperava que os Senhores tivessem os pés no chão. É, o que lhes pergunto, aos Senhores, que conhecem tão bem a Cidade, como eu, quais são as alternativas para dar cumprimento ao desejo dos Comerciantes da Cidade? Porque, os Senhores, deviam reunir com os Comerciantes da Cidade, ouvi-los!

E sabem quem é que alertou, depois da nossa ideia já estar neste sentido, evidentemente? São os Comerciantes da Cidade, que têm reunido regularmente, com a Câmara, que decidimos várias acções, que estão agora em curso, que nós disseram: se

nós conseguíssemos aqui uma unidade comercial que amarrasse também o tráfego e fluxo de pessoas, aos nossos estabelecimentos, isso era excelente. Como, aliás, todos sentem, os que estão à volta das grandes superfícies, como, aliás, numa Cidade geminada, como é Roubaix, com a Covilhã, que teve os mesmos problemas, procurou criar uma unidade comercial no Centro, onde tinha espaço, com espaços subterrâneos de estacionamento.

Os Senhores estão à revelia do pensamento da Cidade. Os Comerciantes da Cidade, do Centro da Cidade, querem coisas no Centro. Estão felizes, com mais, não sei quantos, empregos no Mercado, querem que as pessoas vão ao Centro, atraídas. E porquê? Porque é ilusório que hoje alguém vá ao Comércio, só porque é tradicional ou, só porque não é tradicional. Vai lá pelos seus interesses, vai lá porque tem conforto, vai lá porque tem preços, vai lá porque tem produtos e tem colecções. E se tivermos um comércio que não seja espevitado, que abra às 9 feche à 1, abra às 3 e feche às 7, como há 40 anos e que, as pessoas, estão a trabalhar o dia inteiro, querem comprar qualquer coisa e o comércio está fechado. Evidentemente, que esse Comércio não tem hipóteses e essas realidades os Senhores não as dizem, porquê? Porque, os Senhores estão à espera de ter só responsabilidades na Câmara. Quando, se calhar, outra geração venha para vos mudar as ideias.

“Os Paços do Concelho, também, são muito antigos e estão nas mesmas condições de antiguidade do Mercado!”

Toda a gente sabe que, os Paços do Concelho, hoje, não respondem, minimamente, às condições de exigência, para Serviços Administrativos e que todas as Instituições Democráticas Municipais querem ter um espaço administrativo e os Paços do Concelho só afectos a acções de função e de representação (os Gabinetes: do Presidente da Câmara, dos Vereadores, dos Directores de Departamento).

Por isso, a Câmara vai gastar cento e muitos mil contos na compra de um espaço para por lá o Urbanismo.

Vir-se para aqui com argumentos de que a ASAE e o edifício do Mercado tem as mesmas condições dos Paços do Concelho é esquecer esta realidade.

E no Centro da Cidade, perguntava o Senhor Deputado João Correia? Estou a debater, com os Senhores, para ver se, encontramos a melhor solução. Estou-lhes a dar o ponto de vista da Câmara. Não é possível, nós, por voluntarismo e por diagnóstico, por muito exigente que seja, encontrarmos alternativas, no Centro da Cidade, para construir o que quer que seja. Não há espaços!

Recordo-lhes que, o Grupo de Trabalho, da Cova da Beira, não se debruçou apenas sobre questões de aeródromos, de parques industriais e de pólos universitários. O Grupo de Trabalho de Cova da Beira, propôs que toda a rua que vem do Mercado até à avenida onde está, hoje, a Universidade, fosse demolida. Muitos dos que aqui estão sabem disso. Havia uma proposta de demolição, do conjunto daquela Rua estreita, para que a Covilhã ganhasse uma saída e ganhasse espaços de requalificação. É evidente que, o que se pensava, nessa altura, quanto à importância das Zonas Históricas, não se pensa hoje e bem. Hoje, não se fazem demolições, conserva-se sempre que possível. Mas, isto porquê? Porque, a malha e o conjunto, muito intersticial da Cidade, não permite que se possa encontrar alternativas, ao Campo das Festas, para chegarmos a esse aspecto.

Temos, lá em cima, como espaço alternativo, o campo fronteiro ao Estádio Santos Pinto e ponto final! Não há mais nada!

Portanto, para coisas que assegurem, aquilo que é a exigência de Mercado e dos Empresários, que é também áreas que, minimamente, tenham custos baixos de

construção. Portanto, afastem essa ideia da especulação. Porque, a especulação, só pode ser ditada, quando as regras não são regras transparentes e de mercado. A fazer-se alguma coisa, se assim se fizer, há-de submeter-se ao mercado, há-de analisar-se, há-de publicar-se, há-de discutir-se e vamos ver, se aparece alguém. Porque, se não aparecer, tudo o que estamos aqui a dizer é de continuação da situação actual e o Quartel há-de continuar lá. Porque, nessa altura, não temos alternativa para o construir. O Senhor Jorge Fael, evidentemente que, tem um modelo de sociedade diferente do nosso. Ainda bem! O seu, eu sei qual é: é o da China, que dá tudo aos investidores. O vosso modelo é o modelo, curiosamente, onde se faz mais competição e mais concorrência. De maneira que, competição e concorrência selvagem, naturalmente, na China.

Há, um Industrial na Covilhã que, uma vez, foi à China e disseram-lhe: olhe que, o Senhor, para ter aqui uma Fábrica, não é preciso muito, tem aqui já os modelos, é só dizer, com chave e tudo. Damos-lhe a chave e o Senhor entra. Tem tudo prontinho a funcionar. Depois, tem a mão-de-obra que, como sabem, é paga a 10 tostões o minuto. Há, um outro modelo, ainda, que vocês, também adoram, é o de Cuba. Onde sucedeu, esta semana, uma coisa fundamental, que foi autorizar: os vídeos, os móveis e o micro-ondas. Os micro-ondas passaram a ser autorizados em Cuba. De maneira que, é este o modelo que, o Senhor defende!

O que o Senhor defende é, que as pessoas, na Covilhã, tivessem um Governo e um sistema onde, agora, tivessem a boa noticia, que já podiam ir a comprar um micro-ondas e que tinham acesso ao móvel. É esse o modelo que os Senhores defendem. A menos que, os Senhores, estejam na idade onde lhes é permitido dizer tudo, sem consequências. Assumam que é isso!

Concretamente, o que é que, o senhor Deputado Jorge Fael, aqui veio perguntar? As condições das Termas; as condições da VODAFONE e, depois, houve uma pergunta, em que se misturou, Lambelho e Ramos com IGAT e com 2000. Se, o IGAT investigou umas coisas que foram denunciadas, no processo denunciador, permanente, do Partido Comunista, em 2000? Estamos em 2008! Que raio, os Senhores, ainda não conseguiram condenações da Câmara? Vejam lá se conseguem uma, pelo menos uma, para justificar o vosso afã. O Senhor, ainda vem, aqui, a lembrar a tristeza de denunciar coisas em 2000? Estamos em 2008, e ainda não houve ninguém, que fosse capaz de vos dar razão. VODAFONE, as condições: 10 anos de contrato, 6 de carência, ou 6 ou 4, 6 de carência e 4 de pagamento. Temos, ainda, que fazer algumas obras no edifício, designadamente, o elevador, de 20 pessoas, para garantir a fluidez de circulação; há uma recepção com uma loja da VODAFONE e temos em perspectiva um horizonte de durabilidade bastante grande, cerca de 15 anos. Queria esclarecer que, contrariamente à ideia que o Partido Comunista tem, relativamente a estes empregos, eu, nem sei, quais são, os empregos que o Partido Comunista, um dia, conseguiria trazer para a Cidade se um dia fosse Poder. Porque, não quer mão-de-obra barata. Não sei, se ia exigir, com facas, que viessem para cá os petróleos da Ucrânia, por exemplo, ou da Rússia, para aqui fazer a exploração, no nosso Concelho. Que, esses aí, é que têm salários fabulosos!

O que se passa, neste investimento, é que há, uma nota, sobre o nível de prestação de trabalho, cujo nível de renumeração, creio eu, anda nos 20 ou 30%, acima do salário mínimo. Depois, há um conjunto de Coordenadores, de um por cada três, que são remunerados, digamos, bastante acima daquilo que são os ordenados médios, correntes. Devo dizer-lhe que, todas as Cidades têm uma noção que, estes Centros são altamente interessantes, do ponto de vista da formação que dão, aos seus

Trabalhadores, que, raramente deixam de aproveitar oportunidades, neste domínio. Porque é, uma Formação intensíssima, como foi dito na apresentação. Apela-se, muitas vezes, aos Jovens, para que ganhem conteúdo de liderança, pelas equipas pequenas que têm que coordenar. Estes Centros têm, em efectividade, 24 horas por dia, o que significa uma permanente fluidez, no Centro da Cidade.

Meu Caro! Se, o Senhor, me diz: oiça lá! Não era bom, termos aqui, salários médios, que renumerassem, a 4 ou 5 vezes o salário mínimo? Eu digo-lhe que sim!

Espero que, na fabricação dos aviões, todos esperamos, que isso chegue até ao fim, como deve ser, não é? Que isso aconteça. Isto é, com os Engenheiros Técnicos, Engenheiros Aeronáuticos, os Técnicos, que vão para lá, possam ser bem remunerados. Porque, o produto incorpora outros investimentos, que estão em curso, que a seu tempo cá virão. Que sejam cada vez melhores. Agora não podemos deixar fugir... porque já houve aí vozes que disseram: não sei o quê... que às vezes aconteciam coisas, noutras Cidades e que aqui não aconteciam. Também acontecem aqui! Depois de muito trabalho.

As Termas, são uma coisa que já aqui veio, já foi discutido, os Senhores votaram contra. Veio, aqui, toda a informação. É conhecido que, a Câmara, faz o investimento, na Avenida de acesso. A concessão é por 35 anos ou 38 anos e, é tudo.

Eu, nunca respondi, aqui, ao Bloco de Esquerda, porque acho que, quando quiser trazer, para aqui, debates sérios, encontrará o respeito Democrático. Agora, preocupam-se muito com a SOMAGUE, “eu acho que, a SOMAGUE, andou a financiar o PSD”. A Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, quando quiser, vir aqui, dizer como é que fazem a multiplicação dos pães, de cobrirem todo o Concelho da Covilhã e o País, com cartazes, apenas, com a contribuição dos pobrezinhos... diga-nos, para ver se, a gente também adopta esse método. Compreende? De maneira que, as suas questões, relativamente a financiamento, deviam começar por dizer e informar, esta plateia, sobre como é que conseguem financiar-se e, sobretudo, saber separar uma coisa: esta Assembleia, não é, propriamente, uma câmara de desabafos. É, uma Câmara, para representar interesses, da Cidade, feitos com elevação. Quando, a Senhora vier, aqui, a fazer imputações, prove-as! Sob pena de não passar de uma oportunidade e de aproveitar as oportunidades, para a calúnia e difamação.

Provou-se que há Partidos, todos eles, que são financiados por Empresas. Agora, não queira, minimamente, estar a falar, nisso, em relação a quem está aqui sentado, que sabe tanto como a Senhora. Isto também é dirigido a outros!

Nós, não tememos nem devemos! Portanto, não venha, aqui, com insinuações!” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Lamento que, o Senhor Presidente da Câmara, não nos tenha, mais uma vez, esclarecido. Nós fizemos uma proposta clara. Eu, nesta Assembleia, quando entrevi fiz uma proposta sobre o modelo que defendia de desenvolvimento para o Centro da Cidade e a forma de dinamizar o Centro da Cidade ou o Senhor Presidente não ouviu e estava desatento, que eu não acredito porque está sempre com muita atenção ao decorrer dos trabalhos, ou então não considera que isto seja uma proposta. Do meu ponto de vista é. O ponto de vista foi extraordinariamente claro, a forma de dinamização do Centro da Cidade, que eu propus. Portanto, acho que nesse aspecto estamos conversados.

Eu gostava só de fazer mais duas perguntas: Primeiro, qual é o destino que é para ser dado ou que pretendem dar ao Novo Mercado Municipal? Já há alguma ideia, o que é que pretendem fazer? Segundo, fui informado, por parte de alguns Comerciantes, no Mercado Municipal, que já pediram uma audiência à Câmara Municipal e que até agora

não tiveram resposta. Pretende o Senhor Presidente da Câmara e este Executivo Municipal fazer esta discussão pública juntamente com os Comerciantes? Por último salientar um ponto que me parece extraordinariamente importante Senhor Bernardino Gata, Senhor Deputado, eu disse: tenho dúvidas e eu acho de uma arrogância extraordinária, de uma prepotência extraordinária, as pessoas que dizem que são donos da verdade. As pessoas que dizem que são donos da verdade. Eu vim com, boa fé, participar no debate, nesta Assembleia Municipal, sobre o tema que nos propôs e deixei-me dizer-lhe: tomara que a boa fé da discussão proposta pelos Senhores fosse igual à minha boa fé da discussão do debate. Porque duvido e coloco em causa essa boa fé quando nos dizem que vamos discutir tudo mas à partida colocam-nos limitações e dizem-nos, à partida, que o Mercado tem que sair dali. Quando nos dizem vamos discutir o Mercado, dizem-nos, à partida, o Mercado tem que sair dali. E tem que ir para aquele sítio. Isso não é uma discussão séria Senhor Deputado? Uma discussão séria era dizer vamos estudar se este Mercado cumpre, como disse o Senhor Presidente e bem. Vamos discutir se este Mercado cumpre ou não, as condições. Depois de termos as certezas absolutas de que aquele espaço não cumpre as condições, vamos decidir onde é que fica localizado. Não é à partida, como os Senhores dizem, uma discussão pública, aberta e de boa fé, não é à partida dizer, não, nós vamos discutir mas com estas condições. Meus Senhores! No meu ponto de vista, isto, não é uma discussão de boa fé”. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “Oh Senhor Presidente! é verdade os Bombeiros vão ter que continuar a passar no Centro da Cidade e sabe porquê? Bem, porque a variante prometida, pelo Senhor, continua no virtual, aí ainda continuamos no virtual. Quando se fala em transferir o Quartel dos Bombeiros para a zona baixa, acho que seria prudente acautelar, se essa for a opção, uma presença na zona alta da Cidade. Tendo em conta que é, precisamente, a zona alta que maior risco oferece.

Em relação aos Comerciantes: Fui falar com os Comerciantes, e aquilo que o Senhor aqui disse que foram bem tratados... não é verdade, Senhor Presidente, ou então não ouvimos os mesmos Comerciantes. Porque aquilo que a Câmara fez, a alguns Comerciantes, não o faria o pior dos senhorios. Os Senhores chegaram a desmontar, os Serviços da Câmara, uma estrutura de módulos, utilizada por um Comerciante para guardar o material que vende e quando chegou, ao outro dia, o material pura e simplesmente tinha desaparecido. Aliás, é por causa disso que, a Câmara, arrisca a que os Comerciantes, maltratados e com direitos adquiridos, vão para Tribunal defender esses direitos adquiridos”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara: “Em relação ao destino do velho Mercado: prevê-se que quando o Novo estiver construído, seja onde for, seja um Centro de Emprego operativo das Novas Tecnologias.

Quanto à variante: não sei de que variante é que o Senhor falava. Porque devia fazer parte da sua informação saber o que é que andamos a falar, há muitos anos, sobre a variante à Covilhã. Não tem nada a ver com a passagem pelo Campo das Festas. Passa na zona da LANOFABRIL, sobe a antiga Fábrica Roseta, faz um túnel na zona do Bairro da Biquinha, não sei qual é a relação que tem esta variante com o Campo das Festas.

O problema da protecção da zona histórica: é uma questão sobre a qual, obviamente, as estruturas de protecção civil e o seu Comandante hão-de ter que se debruçar. O mesmo se passa, hoje, na protecção da zona nova da Cidade, não tem um Quartel ao pé. Dir-me-á bom! Mas, há potenciais riscos na zona histórica que exigem maior capacidade de

resposta. Nós temos vindo a equipar os Bombeiros com essa capacidade de resposta, uma delas é a escada elevatória, que há pouco tempo foi adquirida. Não é a proximidade dos Bombeiros que vai condicionar a capacidade de dar resposta a situações que não desejamos.

Eu confesso que, no que respeita ao diálogo com a Cidade e ao respeito por todos e cada um, não acho que tenha muito a aprender com vocês. Porque, eu, sou capaz de conversar com toda a gente, todos os sectores. Todos, desde o mais rico ao mais pobre. E eu duvido que os Senhores cheguem lá. Aliás, só isso explica que quando vamos a Eleições, os Senhores sejam o que sejam e nós sejamos o que sejamos.

Isto a propósito dos Comerciantes. Naturalmente que havia muita gente que recebeu a carta indicando-lhes a intenção da Câmara e que como é obvio eu percebo perfeitamente isso. Bom! Nós temos aqui, pouco negócio, nós estamos aqui sem grande interesse, alguns deles ou também me quero reformar. Vamos lá a ver se com isto, com esta manifestação, há aqui alguma compensação interessante. Isto é o bom senso das pessoas. De tal maneira que, quando lhes dissemos que iam para o Terraço do Sporting, de 15 só 9 é que querem ir. Porque os 6 querem que a Câmara lhes pague o que lá fizeram, como vamos fazer. De maneira que o Senhor é que anda aqui, vem aqui falar em Tribunais quando nós, quando eu me sentei à frente deles todos... portanto não estão à espera de resposta nenhuma de reunião. Eu, Carlos Pinto, estive à frente deles a dizer-lhes o que é que pretendíamos, a dizer-lhes que efectivamente há sempre incómodos mas que num salão, no Centro da Cidade, onde tínhamos um terço ou menos de um terço, 20% do espaço ocupado, que a Câmara tinha que olhar para esta realidade. O senhor achava bem que no salão, de lá decima, estivessem lá 15, onde podiam lá estar 45? Esta é que é a questão. Portanto, reuni com eles, expliquei-lhes, as pessoas estão absolutamente convencidas, vão ter um espaço melhor do que aquele que tinham e em relação àqueles que apresentaram prejuízo, eu ouvi essa versão de que provavelmente teria havido um trabalhador da Câmara que foi desmontar... mas como deve compreender... não queiram responsabilizar-me a mim, ou aos Directores de Departamento, por situações dessas que decorrem de trabalho no terreno, como é evidente. Alguém tirava alguma coisa a alguém sem o respeito que é devido? Há coisas daqueles Comerciantes que estão armazenadas em espaços da Câmara. Há outros que me pediram: Oh Senhor Presidente, fale lá aí com o Senhor Presidente da Junta do Teixoso, porque eu gostava de neste intervalo ir a vender ao Teixoso. Peguei no telefone, falei com o Senhor Presidente da Junta: não há problema nenhum arranjamos-lhe aqui espaço. Portanto as coisas não são tratadas como os Senhores desejavam que fossem. São tratadas como deve ser. Agora, com interesses às vezes que colidem? Sem dúvida alguma! Porque a Câmara Municipal tem interesses, tem prazos e tem opções e as outras pessoas, também, têm os seus. Como é que nós devemos fazer? Conciliar, que é aquilo que os Senhores às vezes têm dificuldade em perceber e procuram a cada momento e sobre cada circunstância "a Câmara é culpada". Não nos ensinam como é que nós devemos falar com as pessoas, porque até agora temos sabido". -----

1.2 - NOVO MERCADO MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Março de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que

Ihe foi remetido para efeitos de apreciação/ discussão, através do ofício n.º 02875 de 2008.03.25 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O assunto foi discutido em conjunto com o ponto anterior. -----

1.3 - PARLAMENTO DA JUVENTUDE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de Março de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 02312 de 2008.03.12 e seus anexos. ----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Artur Patuleia (**doc. 4**); Senhor Dr. Marco Gabriel (**doc. 5**); Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc. 6**); Senhor Prof. José Pinto - Boidobra referiu que os “bons exemplos de Alunos no 2.º Ciclo, na pior das hipóteses chegam aos 12 anos”. Pelo que “o Agrupamento Pêro da Covilhã, da maneira que ele está constituído, não deveria constar nesta proposta”; Senhor Ricardo Abreu (**doc. 7**). -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Parlamento da Juventude**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 57 votos a favor e 5 votos contra (CDU e BE)**. ---

Foram feitas Declarações de Voto, pelos Membros:

- Senhor Dr. Jorge Fael: “A Bancada do PCP votou contra por três ou quatro razões que aqui sintetizaria: A primeira - este Regulamento continua, na nossa opinião, muito coxo e não dá resposta aos objectivos pretendidos. Estaríamos, sim, disponíveis para no âmbito da Assembleia Municipal, uma vez que é um Parlamento da Juventude devia ser o Parlamento Assembleia Municipal, a trabalhar em conjunto entre todas as Bancadas. A trabalhar numa proposta apontada para o futuro;

Em segundo lugar - esta proposta revela, mais uma vez, que a única tentativa (depois de cinco anos da primeira tentativa, esta nova, vinda aqui, deste Regulamento, em pré Campanha Eleitoral, praticamente) significa, de facto, o reconhecimento do falhanço da política da Câmara Municipal da Covilhã para a Juventude;

Em terceiro lugar - como aqui também já foi assinalado, este Regulamento continua a contemplar desconexões, incoerências e, na nossa opinião, um risco que se corre é que, mais uma vez, esta proposta não passe de uma proposta, de um anúncio e não venha a funcionar. E mais...e mais, não tem sequência porquê? Porque não existe Conselho Municipal de Juventude, porque não existe nenhuma estrutura participativa. Aliás, esta Câmara continua a não ter nenhuma estrutura participativa, para além do

sector da educação e, nesse sector, porque foi obrigado. Porque o Conselho Municipal de Segurança, foi aqui aprovado, nunca funcionou; porque não há um Conselho de Juventude, como disse; porque não há um Conselho de Cultura, Desporto e Recreio.

Por isto tudo, nós votamos contra! Porque, de facto, para anúncios destes... para que não se concretizem. Nós não estamos disponíveis!” -----

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta, porque há muitos anos que entendemos que, de facto, faz falta ao Concelho da Covilhã, e até, para a boa decisão das posições da Câmara Municipal, ter um Conselho Municipal da Juventude, com as incumbências que a lei lhe confere, com o espaço de intervenção e de opinião e de tentar influenciar as decisões da Câmara Municipal por partes dos Jovens do Concelho da Covilhã.

Nós fazemos votos é, que à terceira seja de vez e, de facto, aquilo que já foi anunciado aqui, várias vezes, que ia arrancar o Parlamento da Juventude. Esperemos que agora, desta vez, a coisa avance mesmo. Porque o Partido Socialista já propõe a criação do Conselho Municipal da Juventude há muitos anos. Aliás, fomos pioneiros, praticamente, nessa proposta. Saudamos, naturalmente, e aqui sim, o PSD também veio a reboque. Portanto, não é só o Partido Socialista que anda a reboque da maioria. Neste caso, podemos afirmar com propriedade e com factualidade que foi o PSD que veio a reboque do Partido Socialista.

Os nossos votos, os nossos desejos é que, de facto, de uma vez por todas se arranque com o Parlamento da Juventude e que ele funcione para cumprir a sua função”. -----

1.4 - PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL - ZONA INDUSTRIAL DO TORTOSENDO - 3.ª FASE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de Fevereiro de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 100.º e do n.º 1 do artigo 109.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e pela Declaração de Rectificação n.º 104/2007, de 6 de Novembro, através do ofício n.º 02253 de 2008.03.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Prof. Reis Silva (**doc. 8**); Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro colocou questões acerca da taxa de ocupação dos lotes e propôs a abertura de uma incubação virtual pelo PARKURBIS; Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc.9**), e o Senhor Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos através de uma apresentação com “Data Show”. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Suspensão Parcial do Plano Director Municipal - Zona Industrial do Tortosendo - 3.ª Fase**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 48 votos a favor e 1 voto contra (BE) e 13 Abstenções (PS e CDU)**. -----

1.5 - ISENÇÃO DE TAXAS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS NA FREGUESIA DE UNHAIS DA SERRA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de Fevereiro de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 12.º da Lei das Finanças Locais, conjugado com a alínea h) do n.º 2, do artigo 53 e a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 02252 de 2008.03.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal fundamentou a apresentação da proposta com a finalidade de criar condições de incentivo para a melhoria das condições da Freguesia. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Dr. Jorge Fael que perguntou pelo Plano de Pormenor, mencionado na proposta e na deliberação da Câmara Municipal. Como não o conhece sugeriu o seu envio, à Assembleia Municipal, e informação referente ao seu estado de tramitação; Senhora Dra. Telma Madaleno (**doc. 10**); Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc. 11**); Senhor Prof. Reis Silva (**doc. 12**) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestou esclarecimentos. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Isenção de Taxas de Operações Urbanísticas na Freguesia de Unhais da Serra***, foi a mesma ***aprovada por maioria, com 51 votos a favor e 5 votos contra (CDU e BE)***. -----

- Foram feitas Declarações de Voto pelos Membros:

- Senhor Prof. José Pinto (Boidobra): “Com todo o respeito que tenho por Unhais da Serra e pelas suas Gentes. Acho que...e tendo em conta o processo de desertificação que está a acontecer no Concelho. Aliás, já foi aqui referido, também, em relação à publicidade. Eu acho que as Freguesias Rurais, e não estou a pedir nada para a Freguesia de Boidobra, acho que as Freguesias Rurais, todas elas, deveriam ser isentas à semelhança do que está aqui a ser proposto. Porque, efectivamente, há a necessidade de incentivos nessas Freguesias que, mais do que nunca, estão a sofrer do processo de desertificação. E acho que não será por mais uns milhares de euros que a Câmara Municipal ficaria mais rica e, portanto, a presença das pessoas nestas Localidades é fundamental. Daí eu achar que esta proposta devia ser abrangente a todas as Freguesias Rurais”. -----

- Senhora D. Isilda Barata: “Eu votei favoravelmente esta proposta porque é um assunto que me é muito caro. Todas as condições que se criem para o desenvolvimento daquele pólo, que são as Termas, que sempre considereei que eram um grande pólo de desenvolvimento e aqui, também, posso dizer que a Câmara veio a reboque do CDS. Porque, desde 1980, se foram aqui criando propostas para que, aquelas Termas,

fossem desenvolvidas e que fosse um grande desenvolvimento para o Turismo, não só de Unhais da Serra mas toda a Zona envolvente”. -----

1.6 - PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTAL DE 2008

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Março de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 02749 de 2008.03.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não houve intervenientes. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Primeira Revisão ao Orçamental de 2008**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 53 votos a favor, 1 voto contra (BE) e 8 abstenções (PS e CDU)**. -----

Foram feitas Declarações de Voto, pelos Membros:

- Senhora Dra. Ana Monteiro votou contra (**doc. 13**). -----

- Senhor Prof. Reis Silva: “A nossa abstenção vai no sentido, também, da nossa posição na altura da aprovação do Plano e Orçamento. É uma operação, as revisões do orçamento normais. Muitas vezes, é pena que, estas revisões vêm desvirtuar, completamente, os orçamentos que são aprovados na Câmara Municipal”. -----

1.7 - PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE PARTE DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA MUNICIPAL ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, EM

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Março de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 02753 de 2008.03.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Eng.º José Miguel Oliveira (**doc. 14**), Senhor Dr. Jorge Fael (**doc. 15**), Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc. 16**), Senhora D. Isilda Barata (**doc. 17**), Senhor Prof. Bernardino Gata, este ponto que estamos a discutir penso que está a gerar algum equívoco ou então, de facto, o português já está muito deteriorado. O que está em causa não é a venda das

Águas da Covilhã, o que está em causa é a alienação de 49%. Há 1 ano e meio que esta Câmara, como formiga, tem trabalhado, tem negociado. Eram cinco as Empresas! O que se negociou está enquadrado na Lei 53F/ 2006, que substitui a Lei 58/98 e que enquadra o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local. As ameaças que aqui foram feitas de levar isto até às últimas consequências e para Tribunal, muito bem! Assumam depois a responsabilidade disso! Nós assumiremos sempre a responsabilidade, porque à medida que os Tribunais, em quem confiamos e na Justiça, têm sempre dado razão à Câmara. Portanto o negócio foi feito com cinco Empresas, em cascata, elas foram saindo à medida que as exigências leoninas da Câmara, repito, as exigências leoninas da Câmara assim o empunham. Elas foram saindo e ficou a Empresa que ganhou, naturalmente, o que é natural numa negociação. Quanto ao tarifário apenas vem aí na proposta, apenas vem no contrato, o tarifário de água em alta e a indexação dos aumentos... quanto ao tarifário ao Consumidor, como sabe, e isso é uma proposta do Conselho de Administração, onde, como sabem, temos a maioria. É preciso que se diga isto. E tem opção por unanimidade, curiosamente dá à Câmara folga financeira, reduz o passivo, que já era dos Serviços Municipalizados, em 50%, ou 49%, injecta liquidez para operações das Águas da Covilhã e naturalmente, também, vamos lá a pensar com um bocadinho de optimismo, vamos supor que a Empresa vai dar lucro, 51% desse lucro pertence a Câmara Municipal da Covilhã. É assim que se deve falar sobre estas matérias.

A AQUAPOR é detida a 100% pelo Estado e vai ser vendida, a 100%, pelo Estado. A AQUAPOR é responsável pelo fornecimento, pelo saneamento, pelo tratamento de resíduos sólidos e líquidos, por 375 mil clientes, 375 mil famílias, 24 Concelhos e o Governo pela voz, insuspeita, do Senhor Ministro Nunes Correia, Ministro do Ambiente, diz, claramente, que vai ser privatizado, já agora, este ano, em Novembro de 2008 e até vão injectar, ainda, 300 milhões nas Águas de Portugal. Mas, diz que, a médio prazo, a privatização da Águas de Portugal, de que dependem todos os sistemas multimunicipais existentes e que aderiram e ele, faz todo o sentido porque os privados dão mais capital de eficiência à Empresa.

Só aliena bens, quem os tem, sabem? Esta Câmara precaveu-se muito bem em não entrar nas Águas Zêzere e Côa. Porque não considerou que as contrapartidas, como se está a notar, agora, veja-se a Câmara do Fundão que está a pedir 16 milhões de euros, as Águas do Zêzere e Côa que estão falidas, como sabem, certamente, como eu, leram a inquietante situação financeira e empresarial das Águas do Zêzere e Côa e que tem que renegociar com os seus parceiros. Nós, estamos... felizmente fomos precavidos a tempo e horas e por isso é com satisfação porque sabemos que estamos a proteger a água.

A Águas da Covilhã tem uma cobertura a 100%, no abastecimento, em qualidade e quantidade, 100% de cobertura no saneamento, 100% em cobertura no tratamento dos resíduos sólidos e líquidos. De maneira que estamos tão à vontade sobre esta matéria”.

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Nós, quando voltarmos, à Câmara Municipal da Covilhã, há muito para fazer por este Concelho e também vamos ter muita dívida para pagar que os Senhores lá deixaram e esse vai ser o problema, Senhor Deputado. Eu quero dizer o seguinte, em relação a esta matéria, isto é curiosíssimo, o PSD habituamos que, quando perde o pé nas discussões, quando não há argumentos, vem dizer, vem justificar as suas próprias posições com eventuais posições do Partido Socialista. Ora, nada mais falso, Senhor Deputado, eu desafio-o a vir a esta Tribuna e a esta Assembleia Municipal, com o programa do Governo ou com o programa do Partido

Socialista, dizer onde é que o Governo propõe a privatização das Águas de Portugal. Aquilo que o Partido Socialista propõe, e aquilo que acha que é de boa gestão pública, deste serviço das águas, são parcerias público privadas, alocadas a projectos específicos e isso, Senhor Deputado, isso sim, é uma forma distinta de gerir as Águas de Portugal. Porque o Senhor Deputado sabe e muito bem.

Aliás, eu fiquei espantado, tendo em conta a sua formação profissional, que o Senhor Deputado venha dizer, a esta Assembleia, que alienar é diferente de vender ou seja o Senhor Deputado vem dizer que a Câmara não vende. O Senhor Deputado vem dizer que não vende os 49% só aliena. Oh Senhor Deputado! Sobre a questão da legitimidade política, deste Executivo Municipal, para fazer este negócio da privatização das Águas, o Senhor Deputado, veio-me responder que o Partido Socialista, que o Governo do Eng.º José Sócrates, também subiu os impostos. Eu quero dizer, ao Senhor Deputado, que se calhar o Eng.º José Sócrates não teria nunca necessidade de faltar a esse compromisso Eleitoral se os Senhores no Orçamento de Estado de 2005 têm posto o défice real. Porque os Senhores enganaram o País, dizem ao País que nós temos um défice de 3% e ao final vemos que tem 6,83. Quem é que aqui faltou à verdade? Isso é que é preciso ser dito. É preciso lembrar que esta maioria não tem a legitimidade política necessária para a venda das águas. Esta maioria 1 ano e pouco depois de ser Eleita, em 2005, sufragada legitimamente, com maioria absoluta, pelos Covilhanenses, não incluía no seu programa, para os próximos 4 anos, não incluía a venda das Águas e é uma situação absolutamente estratégica. Não acredito que tenha sido só depois das Eleições de 2005 que esta maioria se lembrou que era preciso vender as águas e que se calhar era uma boa ideia. Agora tiveram medo, tiveram medo de o dizer aos Covilhanenses. Porque tiveram medo da reacção dos Covilhanenses. E a questão da legitimidade política é essa, Senhor Deputado. É que esta maioria Municipal não sufragou este projecto aos Covilhanenses e eu duvido que os Covilhanenses concordem com este projecto”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “A Câmara concluiu o processo, que lançou há cerca de 1 ano e tal, de concurso público, para a venda de 49% das Águas da Covilhã e fê-lo chegando aqui sem reclamações, de qualquer dos cinco grupos que se apresentaram, o que é caso inédito, no nosso País. Não há nenhum concurso de concessão ou venda, neste sector, que não tenha ido parar ao Tribunal. Desde logo, isto é um elemento para perceberem que, a escolha final, significa que, nenhum dos 4 excluídos, encontrou aspectos de questionamento jurídico-legal, para este efeito. É uma coisa que nos enche de satisfação. Porque, significa que, uma matéria tão complexa, de tanto valor envolvido, Grupos Empresariais com disponibilidade de assessorias jurídicas efectivas com, dentro dos Grupos, dentro dos consórcios, vários parceiros, que pagaram o caderno de encargos, pelo valor que nós solicitámos, que despenderam em negociações, em assessorias, muitas dezenas de milhares de contos, acharam o processo tão límpido, que não apresentaram qualquer reclamação, depois de recebido o relatório final. Portanto, quanto a esta matéria eu devo comunicar-lhes, devo transmitir-lhes, a opinião de que a Câmara se sente muito orgulhosa do que se passou nesta negociação. Acresce que os documentos, quer o relatório final, quer todos os outros, estão à disposição na INTERNET, no site da Câmara Municipal, onde podem ser consultados por toda a gente e ali verificados. Acresce, ainda, que se a votação for conforme desejamos, na próxima 2.ª feira, este processo será enviado à Inspeção-Geral de Finanças, será enviado à Inspeção-Geral de Administração do Território, será enviado ao Tribunal de Contas. Portanto, quem não deve, não teme e nós mesmo não sendo obrigados, não é uma operação que deva ser sujeita a essas Entidades, fá-lo-

emos. Eu queria dizer-lhes que, do ponto de partida inicial, desta negociação, até ao ponto de chegada, muito mudou, no decorrer da negociação e a negociação que se alcançou é, para mim, aquela que salvaguarda todos os interesses do Município. O primeiro, dos quais, é a capacidade, que nós tenhamos no futuro, de ter um parceiro que supra as necessidades, não só de modernização gestonária das Águas da Covilhã, como também de correr com recursos que, quer se queira, quer não, não estão à disposição do Município, nem de Fundos Comunitários, para assegurarmos a tranquilidade com que tem vivido este Concelho, no que respeita a abastecimento de água e à qualidade dessa água. Nós, somos um Concelho, onde hoje, temos o fornecimento de água a 100%, temos a recolha do saneamento a 100%, vamos ter, dentro de poucas semanas, o tratamento de esgoto a 100% e a recolha de resíduos sólidos a 100%, o que isso significa é que a modernização que é necessária para continuar nestes parâmetros, dou-vos um exemplo: estamos a falar de fazer uma profunda revolução, nas Freguesias Rurais, levantando todas as Calçadas e acabando com o asfalto que existia, isto implica que, não é pormos calçada de imediato, é substituir toda a rede que está por baixo e que soma milhões de euros, que é preciso, naturalmente, financiar e que não são enquadráveis em critérios comunitários porque se trata de meras obras de substituição. Para mantermos o nível de resposta, para os próximos anos, as estruturas que temos, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista de gestão, não podem ser as mesmas para o futuro e portanto, é esta operação que nos permite assegurar esta melhoria e esta garantia para o futuro, mantendo a Câmara Municipal como detentora da vontade da Empresa. Detentora da vontade da Empresa! Não há 49% privilegiados, como sabem. Há Empresas onde 10% dominam o capital e até há "golden shares", como é o caso daquelas que são detidas pelo Estado Português, que nas Empresas onde se verificam 4%, valem mais do que 90%, não é o caso. Isto aqui é uma questão matemática, 51 vale mais do que 49 e não há limitações a este exercício da vontade em todos domínios. No Conselho de Administração vão estar dois elementos do Município e vai estar um do privado e portanto os resultados, as relações, as decisões, são feitas de acordo com a vontade da maioria, sem qualquer restrição e sem qualquer limitação remetida seja para que documento for e, efectivamente, aquilo que nós alcançámos foi ainda mais é que partimos de um concurso para alienar 49%, da totalidade do Património, e chegamos a uma alienação de 49%, de uma parte desse Património. Para vos dar uma ideia muito simples "Estão a ver aqui este quadro rabiscado, aqui temos o total do que vale as Águas da Covilhã, 70 milhões de euros. Nós tiramos 55, que são constituídos pelas infra-estruturas e transferimo-los para uma Empresa, chamada ICOVI e detida a 100% pelo Município da Covilhã e o que nós estamos a alienar são estes 15 milhões por 40 milhões de euros. Esta Empresa vai ser remunerada, pelas Águas da Covilhã, com 5% da sua facturação, o que significa, a valores de 2007, cerca de 80 mil contos e tem sido dito e redito, pelo Partido Socialista, de forma mentirosa, de que quem mantém estas redes é o Município. É mentira! Quem mantém estas redes é as Águas da Covilhã! Portanto, o Município só vai incorporando é as redes que se forem construindo e fica detentora permanentemente deste Património. Portanto, o que nós estamos a alienar é uma operação quase comercial, por este valor, visto que as redes são do Município, se o Município quiser fazer, livremente, uma operação de transferência, seja para quem for, de aluguer, seja para quem for, pode faze-lo, porque, elas são detidas pela ICOVI e com a ICOVI nós alcançamos um segundo objectivo, qual seja, o de criarmos uma estrutura detida a 100% pelo Município, com fundos Municipais. Pode candidatar-se a Fundos

Comunitários. Portanto, a ICOVI, pode ir a valor suplementar para Candidaturas a Fundos Comunitários, de toda a natureza.

Ainda há pouco falávamos aqui num projecto que, certamente, será a ICOVI a candidatá-lo, naturalmente, para a parte própria, que será suprida pelo Município da Covilhã. Portanto, este concurso tem, ainda, uma particularidade, que é caso único, nestas negociações, não há nenhum grupo que negocie e que fique dependente de vontades, a meio caminho, dos Municípios, ninguém!

Já vão ver um documento onde as concessões são dadas a vinte, a trinta anos, sem qualquer hipótese de arrependimento, por parte dos Municípios. Nós aqui conseguimos introduzir uma clausula que é esta, que é o prazo mínimo, só quem não sabe minimamente da lógica empresarial é que acha que podia ser feita antes de dez anos, que é quem estiver na Câmara, certamente, olha para esta realidade, teve estes valores todos, na sua posse, a renderem e diz: nós estamos mais interessados em ficarmos novamente detentores. Pagam o valor, que pagou hoje, o valor legal nominal, acrescido dos juros, porque o valor que se está a receber, hoje, também vai render juros.

Eu não percebo estas operações que agora aqui foram feitas!

Sabem quanto é que terá que pagar o Município? Então se o Município do que está a receber está a acumular juros, só um ignorante em matéria jurídica, em matéria financeira, é que pode esquecer que quando se for pagar, obviamente, paga-se o valor nominal. Mas, não se paga o valor da época de mercado, paga-se o valor de hoje, o valor nominal, de hoje, acrescido dos juros, que, naturalmente, estiveram a render, enquanto detidos pelo Município da Covilhã.

Vamos às questões, referentes aos argumentos, que têm sido matraqueados, com abundância e comecemos pelo Partido Socialista: Que aqui trouxe hoje, mais uma vez, as questões da importância da água, o bem da água “certamente que há, no nosso País, desde o Salazar, alguém que até defende mais, a importância do vinho, porque dizia que dava de beber a um milhão de Portugueses. Mas, vejamos a importância da água, será mais importante do que, por exemplo, a distribuição de energia? Ter a posse da água? Mas foram os Senhores que nos anos 70 venderam a energia da Covilhã, que era distribuída em baixa, será mais importante? Será mais importante, por exemplo, deter o controle da água do que não deter, por exemplo, o controle dos combustíveis? São os Senhores que venderam a GALP. E, portanto, são os Senhores que agora se preparam, como já aqui foi dito, muito aligeiramente, para vender as águas... ou seja, há dois Partidos Socialistas, o que estes Senhores querem dizer, há um na Covilhã e depois que é uma espécie daquelas delegações em que o Gerente se auto determina relativamente à Empresa Mãe. Nós, aqui, não queremos relações com a Empresa Mãe. E, portanto, toda a psicologia dela, a filosofia, não é nada connosco. Nós, aqui, somos outros, não temos nada a ver com isso. E, então, olha-se para esta notícia, do Expresso, não foi, no Século passado, foi em 2007, vê-se o Senhor Ministro do Ambiente dizer: a primeira concessão, do abastecimento de água, vai ter lugar dentro de dois ou três anos e depois diz, aqui, coisas como: os Sistemas Multimunicipais vão ser, de imediato, privatizados. Prevendo que, passe a haver, 40 a 50, concessões privadas e que as Águas de Portugal estão a ser preparadas para esse efeito, para a privatização em bolsa, aliás, em coerência com aquilo que pensou o actual Primeiro-Ministro e que o dizia abundantemente, em 1996 ou 97, que dizia: Bom, Portugal vai gastar 500 milhões de contos, isto pode ter duas aplicações ou vai para as Câmaras ou é gerido pela Administração Central. Porque é que, nós, não aproveitamos a oportunidade de criar projectos integrados e daqui por uns anos, termos um Grupo de águas, que privatizemos e que rentabilizemos, em termos de Mercado? Está aqui, passados estes anos, 10 anos,

a lógica traçada, pelo actual Primeiro-Ministro, de, enquanto Ministro do Ambiente, fazer um Grupo Económico da Água para privatizar. E é neste contexto que a hipocrisia vai muito longe. Quando aqui nesta Assembleia os Senhores do Partido Socialista criticavam por não termos entrado nas Águas do Zêzere e como é que estão as Águas do Zêzere? Vamos lá fazer então a viagem até às Águas do Zêzere. As Águas do Zêzere diz-se, aqui, que os Municípios estão receptivos a viabilizar as Águas do Zêzere e dizia-se na notícia que estavam falidos. Porquê? Porque o caminho é a falência quando a Empresa começa a comer o capital. Quando o capital não suscita uma presença contabilística, relativamente ao seu património, começa a ir para a falência. E, então, dá-se aqui esta notícia, num Jornal Regional, no dia um de Abril, prometo-lhes que não é mentira, que é necessário fazer o reequilíbrio de contas. Porque, os capitais próprios já não chegam a metade do capital social, 13 milhões de euros, e que a Empresa está falida, vocês sabem porquê? Porque nunca chegou a entrar a Covilhã. Então vejam a aventura de uns Senhores que queriam que a Covilhã fosse, para entrar nesta aventura, sem garantias e em que hoje não estávamos aqui a discutir a possibilidade de valorizarmos aquilo que é do Município, estávamos a discutir, a pedir ao Senhor Presidente da Câmara: olhe lá, o que é que se passou, na última Assembleia das Águas do Zêzere e Côa? Dizem agora que os Senhores têm que meter mais dinheiro e que as tarifas vão aumentar, para montantes enormes, porque há aí, um Presidente de uma Empresa, que não sei de onde é que veio, com todo o respeito, e que diz que as soluções devem passar pelo aumento do tarifário, pelo aumento da concessão dos sistemas, o aumento das tarifas de água, pelos Municípios, o alargamento da concessão à exploração em baixa e a obtenção de compensações financeiras por parte do Governo. Ah, assim também eu geria. Ir a bater à porta do Governo, depois da má administração. É que estes Senhores andavam todos, na altura em que eu o denunciei na Assembleia, alguns deles com VOLVOS, de milhares de contos (passados dois anos, tinha direito a eles, por um preço marginal) e com ordenados que, hoje, correspondem a nove vezes o que o Presidente da Câmara ganha, como Presidente do Município. Levaram isto á falência? Quem é que lá está, dentro? Estão lá os Municípios que entraram, o nosso Município não está lá, está aqui a decidir livremente, com os Membros do Concelho da Covilhã., os Eleitos do Povo da Covilhã. A decisão não está no Senhor que veio não sei de onde, a presidir uma Empresa, está aqui em nós! Foi isto a que conduziu, de facto. E, como é que, o Partido Socialista, que andou a defender, esta... não confessa, não vem aqui a dizer: Olhe, de facto, nós na altura, não estávamos certos, esperávamos mais.

Isto é que é falar a verdade! É credibilizar o discurso político! Que os Senhores não são capazes e vêm, aqui, com palavrinhas de alma penada sobre a questão da água esquecendo que está em curso... a questão da AQUAPOR, ainda tem mais a ver com a maneira como o Partido Socialista trata estas coisas. Porque a questão da AQUAPOR tem a ver com muitos Municípios, o que é que representa a AQUAPOR? Que está a ser privatizada e sabem qual é o Grupo que está à frente? Isto há ironias do diabo, a SOMAGUE! É uma coisa chata! A SOMAGUE está à frente, andam lá com umas guerras de impugnações e tal e tal. Quem é que está à frente para abrir as águas? A SOMAGUE! Então vejam o que é que significa esta privatização, que tanto incomoda o Partido Socialista, Concelho da Figueira, Trancoso, Alenquer, Cascais, Batalha, Carregal do Sal, Mortágua, etc. Setúbal, vejam bem! A Câmara Municipal de Setúbal, que está ali, também, envolvida e que, naturalmente, vai ter a sua água privatizada, entregue, vejam bem a quem, à SOMAGUE, se for o vencedor ou a outra qualquer. Estamos a falar de 120 mil habitantes, por exemplo ali, Águeda, Albergaria, Estarreja, Ílhavo, Gondomar,

Alcanena, etc. Portanto, acho que está tudo dito, sobre isto, sobre este posicionamento, do Partido Socialista na Covilhã, das contradições em que vive, enfim, da falta de... depois, recorrem a um argumento, que é o da legitimidade política. Já foi aqui dito que, nos tempos que correm, governar-se não é nada fácil, por exemplo, quando eu tomei posse, foi logo a seguir ao Governo actual estar em funções, havia uma Lei das Autarquias, que tinha sido aprovada pelo Eng.º António Guterres, não creio que este Governo anunciasse, na altura, que ia cortar com a própria Lei, que acabou por aprovar, um milhão e duzentos mil contos, à Câmara da Covilhã, em dois anos. E, em relação à Lei, que estava em vigor, do Eng.º António Guterres, deve-nos cerca de quatro milhões de contos.

Bom! Isto não estava escrito, como também não estava escrito, que o País avançasse, para uma prevalência das questões orçamentais, sobre as questões de desenvolvimento, como ninguém estava à espera que, na Função Pública, aos 59 anos, tivesse que fazer mais seis anos, para ter a Reforma. O Senhor Primeiro-Ministro disse num debate que toda a gente ouviu: Eu não entendo que efectivamente haja uma dilação, uma dilatação do prazo da Reforma, toda a gente ouviu isto. Mas, a verdade é que, as questões de governação, impõem-se, mais, do que as questões de poesia e de falar mais rápido do que se pensa.

Quem cuida da legitimidade do programa, que eu apresentei, é a equipa que foi Eleita. O que aqui está, é um todo, para ser analisado e que nós lemos várias vezes durante o mês. Queremos chegar ao final do Mandato, com a maior parte do que aqui está decidido e resolvido, certamente que não a 100%. Isto é um todo, que joga não apenas com as questões da Câmara, mas joga, com questões que estão dependentes, como um centralismo que tem sido cada vez mais agudizado por este Governo e com o qual ninguém contava. De facto, temos vários Partidos Socialistas até nas relações com as Câmaras: um, que foi o regabofe, que dizia que dava tudo às Câmaras, que até quis regionalizar, que subsidiou a gasolina e que agora quando este, que veio agora, e os outros anteriores, a Manuela Ferreira Leite teve que o fazer, tentou que esses subsídios fossem pagos, do tempo do Guterres, porque os juros eram baratos, o Algarve estava cheio de gente a passear e a banhar-se, era o facilitismo e nessa altura o que é que os Governos seguintes tiveram que fazer? Recuperar dessa fantasia.

A Câmara da Covilhã tem que jogar com esta realidade, não se pode tirar e isolar um ponto e dizer não tem legitimidade política. A legitimidade política, na governação, é dada por esta Assembleia e pelo Município. Depois, daqui por um ano, quem se candidatar, lá vão ver se essas questões são aquelas que o Povo vai dirimir. Os Senhores já diziam, na última campanha eleitoral, que a Câmara estava empenhadíssima, que o que vinha aí... já estamos quase no terceiro ano, os Senhores já diziam que isto não dura seis meses, já estamos no terceiro ano. Perguntem aos Presidentes de Juntas, perguntem aos Fornecedores, estão mais atrapalhados do que nós. Agora se vocês querem, se vocês pensam que, na Câmara da Covilhã, com esta Equipa, têm lá uma reprodução do Partido Socialista, a nível Nacional, estão enganados. Nós, não gerimos, o Município da Covilhã, com essa perspectiva de contar os trocos da respeitabilidade mas sem estar a dizer às pessoas não há desenvolvimento, ah, mas temos lá os fundos, à Salazar. Isso não, nós queremos desenvolvimento equilibrado, colocando assento no equilíbrio financeiro. Mas desenvolvendo. Nós, não queremos reproduzir, na Covilhã, o que o Partido Socialista está a fazer no País. E, ainda há pouco, falávamos de projectos de desenvolvimento, de continuidade do crescimento que é isso que a Cidade efectivamente aprecia. Portanto, não colhe, justamente, o que aqui trouxeram a este propósito. Os Senhores ainda aqui há tempos quiseram entregar à

Câmara de Lisboa as margens do Tejo, teve que o Presidente da República chumbar o diploma. Deram milhões de contos para estudos dessas coisas, andam a recrutar “Boy’s” para municipalizar as margens do Tejo e estão a querer dar lições sobre a preservação do Patrimónios. Por amor de Deus. Aliás, o cumprimento das promessas e da legitimidade faz-se por acção e por omissão. Por exemplo onde é que está o IC6 para Coimbra? Onde é que estão obras que nos interessam? Onde e que está o IVA, para concorrermos com Espanha? Que está a ver passar para lá a actividade económica toda. Portanto, são coisas em que os Senhores devem ter alguma contenção relativamente a matéria de legitimidade.

Do Partido Comunista é claro que nós não podemos dizer muito. Eu sei que os Senhores não vão ter aqui o resultado que esperavam. Vão ter que explicar ao Comité Central. Paciência.

Quanto ao Partido Comunista eu queria dizer aqui o seguinte: observei três fases, justamente, neste posicionamento do Partido Comunista, o da negociata, com os cartazes. É claro que eu peguei e dirigi-me ao Ministério Público, depois tiveram uma segunda fase que foi a SOMAGUE, a terceira fase apelo às massas. Simplesmente eu tenho muito respeito pelas pessoas, mas se as vossas massas são aquelas que hoje ocorreram à Assembleia Municipal, com todo o respeito, vocês estão um bocado em baixo. E depois de se terem sangrado em saúde, porque se fala muito dos Partidos Ricos e dos Partidos Pobres e tal. Um Partido que passou a semana e até com atitudes de falta de civismo, que eu vou explicar: Passou a semana a matraquear os ouvidos dos Cidadãos Covilhanenses, TODOS Á ASSEMBLEIA MUNICIPAL! A coisa do Carlos Pinto e disto e daquilo e do PSD e tal. Fez ainda esta coisa: Anteontem, ou trás-anteontem, estávamos para assinar um documento, na Câmara, com a VODAFONE e então colocaram o microfone debaixo do Salão Nobre, que era para se ouvir bem, para dizer aos Capitalistas, que estavam ali reunidos com a Câmara, que o Povo estava levantado na defesa do bem público, que é a água. Evidentemente que vocês têm a lição dos Covilhanenses que esperavam que hoje... porquê? Porque, os Covilhanenses sabem que mesmo quando vocês falam no aumento da água, etc. As Famílias, mais humildes, têm tido o tratamento adequado de descontos e de consideração, para esse efeito. Nós, temos feito a quadratura do círculo, não pondo em causa a solidez, não estando como está a Águas Zêzere e Cõa, temos conseguido levar a água ao nosso moinho daquilo que é importante.

Os Senhores, chegam aqui, com esse nervoso todo, que revela não deixarem os outros falarem, procurando perturbar uma decisão que é parte de um todo para a gestão do Município. Eu quero dizer, aos Senhores Deputados desta Assembleia Municipal, que de tudo o que significa a alienação deste património, há duas linhas fundamentais: a primeira é que não está nada posto em causa, quanto à defesa dos interesses, públicos e municipais, rigorosamente nada, e saem ainda mais reforçados; O segundo é que a criação destas condições, através da alienação dos 49%, vão tornar a Câmara ainda mais imparável no que respeita, à realização dos objectivos, dos programas, das propostas e do trabalho, em conjunto, com todas as Instituições da Cidade, designadamente, as Juntas de Freguesia.

É por isso que, este projecto, não é deslocável de tudo o que tem sido falado para o futuro da Cidade. Aos Senhores cabe, naturalmente, decidir. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael disse: “Já que o Senhor não me permite intervir em defesa da honra da Bancada, fica lavrado o nosso protesto, nós vamos suscitar a votação nominal”. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “É pobre, é manifestamente pobre, que o melhor argumento, que a Câmara Municipal nos traz, para a venda das Águas da Covilhã seja: que os Senhores do Partido Socialista fazem o mesmo. Em primeiro lugar, não é verdade e eu acho que é manifestamente pobre que seja esse o argumento.

Os Senhores não nos vêm dizer: Os Municípios vão pagar menos, os Municípios vão ter mais qualidade na água, os Municípios vão ter mais qualidade no serviço de recolha de lixos, os Municípios vão ter melhor qualidade no abastecimento. Não! Nenhum destes argumentos importa. Nenhum destes argumentos é relevante.

O pedido de esclarecimento: É se, o Senhor Presidente da Câmara, não tem mais nenhum argumento aceitável, para adicionar ao debate, para convencer os Covilhanenses, de que este é um bom negócio que, não seja o Partido Socialista?” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara: “Não referi, aqui, duas coisas que aproveitava, esta circunstância, para dizer: os tarifários estarão abaixo da média dos últimos anos, quanto ao seu aumento e, naquilo que eu posso assegurar, até ao final do Mandato. É esse o entendimento feito com a Empresa.

Nós temos previsto uma consideração, que será, oportunamente, deliberada na Câmara, quanto a duas realidades: quanto aos Trabalhadores, em relação à relação que eles têm com o período de tempo em exercício, nas Águas da Covilhã e nos Serviços Municipalizados. Foi uma promessa que fiz, quando lhe escrevi, há muitos meses;

Segundo aspecto, é a consideração de que, aquelas Freguesias que tiveram um contributo através da sua ligação aos Serviços Municipalizados, terão, da parte da Câmara, essa relação, entre aquilo que vai ser o produto desta alienação e aquilo que sejam as necessidades das próprias Freguesias.

Portanto, eu queria responder, de certa maneira, àquilo que aqui foi trazido: no que respeita ao tarifário, não há motivo para preocupações. Tanto mais que, como já referi, é o Município que vai imperar, soberanamente, com a sua vontade, sobre aquilo que se decida. A questão dos Trabalhadores, está completamente assegurada, porque não há qualquer espécie de alteração do seu estatuto”. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “O Senhor Presidente teve a amabilidade de nos mostrar aqui um gráfico bastante elucidativo, relativamente à avaliação do património actual, ainda não aprovamos a alienação, das Águas da Covilhã. Eu gostava de saber: qual é o comentário que faz às reversas feitas no Relatório Oficial de Contas da Câmara, que levanta questões, relativamente, à avaliação do património dos SMAS, nomeadamente, à sobrevalorização desse mesmo património? Eu acho que era uma importante responder. Uma vez que, foi o próprio Presidente que, a trouxe aqui, mostrando aquele gráfico bastante elucidativo. Em relação à questão das Águas do Zêzere e Côa ou das Águas de Portugal, o Partido Socialista não defende, ou não defendeu... eu em nenhum momento disse, ou referi, que nós defendíamos a inserção nas Águas do Zêzere e Côa. Eu disse que isso era um possível caminho. Mas, também, gostava de ter um comentário, do Senhor Presidente, ao negócio que foi feito por um Município vizinho que rendeu sessenta milhões de euros, sessenta milhões de euros. Portanto, um Município que eu não considero, de maneira nenhuma, superior ao nosso, pelo contrário. Portanto, equiparado, no nosso Distrito, na nossa Região, acho que era importante que houvesse, também, um comentário relativamente a essa situação”. -----

--- O senhor Presidente da Câmara: “Oh Senhor Deputado! Nós temos que ter cuidado, com os argumentos, porque podemos estar a dar argumentos a outros.

Se o Senhor acha, e invoca um argumento, de que os setenta milhões estão sobrevalorizados, quanto mais estiver desvalorizada, a Empresa, e tendo nós um valor fixo do Grupo, que vai comprar os 49%, mais eles estão a pagar.

Não há volta a dar-lhe!

Eu disse-lhe, que eles estavam a dar quarenta por quinze. Se, o Senhor diz que os setenta, não valem setenta, que valem cinquenta, então eles, estão a dar cinquenta ou sessenta por quinze, por doze. Está a compreender a ideia?

Estas restrições, que o Senhor falou, caem, por uma razão muito simples: é que este património foi avaliado por Avaliadores Oficiais, sem os quais os Técnicos Oficiais de Contas não põem lá o nome, como sabe. Portanto, são coisas muito sérias.

Agora, se o Senhor quer defender este argumento, então, nós ainda estamos a fazer melhor negócio. Porque, sendo um valor fixo, sobre uma realidade que baixa, então estamos a vender ainda mais caro, um valor mais pequeno.

Quanto às Águas do Zêzere e Côa e a venda do Município de Castelo Branco, que é o que o Senhor queria dizer, sabe quanto é que factura, o Município de Castelo Branco, com menos dois mil consumidores do que a Câmara da Covilhã? O dobro!

Para menos contadores, do que o Município da Covilhã, têm hoje, praticamente, o dobro do valor. E sabe o que é que está aqui nesse valor que o Senhor falou, e de que desconhece as condições? Realmente, o que eles vão receber agora, é praticamente o mesmo ou menos ainda do que nós recebemos. Está uma remessa, para daqui a dez anos, que se há-de fazer uma avaliação das circunstâncias, naquela época, e é possível que atinja este valor que o Senhor disse. De modo que, facturando mais e entrando as Águas do Zêzere e Côa numa realidade que não tem nada a ver com a nossa, como sabe, eles conseguem praticamente obter o mesmo. Portanto, é melhor esmiuçar esses argumentos, antes de vir aqui trazê-los! Como é o caso, desta questão, da sobrevalorização da Covilhã. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael requereu a votação nominal. -----

--- Posta a votação nominal à votação, foi a mesma **rejeitada por maioria, com 43 votos contra e 12 votos a favor (PS, CDU e BE)**. -----

Foi feita Declaração de Voto, pelo Membro:

- Senhor Dr. Jorge Fael: “É porque as pessoas podem não saber o que significa a votação nominal. A votação nominal significaria chamar um Deputado um a um e de braço no ar. É pena que o PSD, que os Eleitos do PSD... eu percebo querem diluir as suas responsabilidades no voto global. Mas, podem ficar certos que a População do Concelho da Covilhã e das Freguesias vão ficar a saber quem vendeu as Águas neste Concelho”. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Alienação de parte do Capital Social da Empresa Municipal ADC - Águas da Covilhã, EM**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 43 votos a favor e 12 votos contra (PS, CDU e BE)**. -----

Foi feita Declaração de Voto, pelo Membro:

- Senhor Pedro Leitão: “A minha declaração de voto vai ser rápida. Até porque é uma votação de princípio e como é uma votação de princípio, também, é indiferente a cor

partidária da Câmara que aqui estivesse. 49% da chuva que cai na Serra da Estrela já não é de todos nós é da SOMAGUE. Ainda bem que o oxigénio não é canalizado”. -----

1.8 - CISÃO DO CAPITAL DA EMPRESA ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, EM E CONSTITUIÇÃO DA ICOVI - INFRA-ESTRUTURAS E CONCESSÕES DA COVILHÃ, EEM

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Março de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 02752 de 2008.03.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Cisão do Capital da Empresa ADC - Águas da Covilhã, EM e Constituição da ICOVI - Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, EEM***, foi a mesma ***aprovada por maioria, com 45 votos a favor e 10 votos contra (PS, CDU e BE)***. -----

Foi feita Declaração de Voto, pelo Membro:

- Senhor Dr. Jorge Fael: “Para o PCP, reafirmamos a nossa convicção e este nosso princípio: A água é um bem público, é um bem essencial à vida e a sua gestão diz respeito a todos.

Para quem era contra a criação de Empresas Municipais, a Câmara, de uma penada cinde as Águas da Covilhã, que hoje acabou de privatizar, e vai criar uma nova Empresa Municipal chamada ICOVI. Empresa essa para onde transitará a maior parte do património público e também a responsabilidade pela sua manutenção e a reabilitação. Empresa essa que não deixará, com certeza, de servir para criar mais uns tachos. Esta é uma Empresa que funcionará como uma agência de trabalho temporário. Agência de trabalho temporário: de trabalhadores e de obras e que, com certeza, servirá, com grande probabilidade, de instrumento para que, a SOMAGUE, para além da venda de água possa vir a ficar com o monopólio das obras.

Isto é vergonhoso e é inaceitável e vamos a ver aqui no futuro, vamos a ver daqui a uns anos quem transitará, quem sair da Câmara, este Executivo que não estará daqui a dez anos na Câmara, pelo menos o Presidente não estará, daqui a dez anos, vamos ver o seu percurso empresarial.

Vamos estar atentos ao percurso empresarial desta gente que hoje aqui está”. ----

1.9 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NO CAPITAL DA ADS - ÁGUAS DA SERRA, SA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Março de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado

com a alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 02751 de 2008.03.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Senhor Dr. Jorge Fael e disse que a intervenção serve também de Declaração de Voto: “Esta matéria suscita-nos as maiores dúvidas legais e vamos até ao fim procurar esclarecer essas dúvidas. Porque a transferência para o Município de 30% do capital, da Empresa Águas da Serra, como contrapartida... uma Empresa que é a propriedade da SOMAGUE, que resulta de um concurso público, lançado pela Câmara, a que concorreu apenas a SOMAGUE. É bom que se diga! À privatização do saneamento concorreu apenas uma Empresa. Para quem aqui veio fazer alarde da concorrência, cinco grupos, que tinham concorrido à compra dos 49% das Águas da Covilhã. Mas, no saneamento a Câmara não se importou que tivesse apenas uma proposta para analisar, deitando o princípio da concorrência para o lixo e vamos ter o quê? A Câmara concessionária de si mesma? Cliente de si própria? A troco de quê? De dividendos? Que afinal são pagos por todos os Covilhanenses! Da sua antecipação? Como deseja a maioria? Deixando para 2012 os encargos, às futuras gerações e, aos futuros Executivos Municipais? Alguém acredita, meus Senhores, alguém acredita que estas Empresas quando antecipam dividendos, quando fazem pagamentos antecipados, que também é preciso que se diga favorece a SOMAGUE, não será recuperado por via dos aumentos dos preços? Alguém acredita? Mas isto é racional? Só quem desconhece a lógica do funcionamento, legítima, é ganhar dinheiro. Mas não venham ganhar dinheiro para a água, não venham ganhar dinheiro com a água. Isso é inaceitável e é vergonhoso o que aqui hoje está a acontecer. Por isso nós vamos votar convictamente contra porque aquilo que nós hoje aqui estamos a fazer é interromper um ciclo de gerações. Os SMAS têm mais de 70 anos! E para vender, só se vende uma vez! E, para o Senhor Carlos Pinto hoje vender a água, foi preciso que durante 70 anos, gerações de Covilhanenses, não fizessem o mesmo que ele hoje aqui fez. Porque se não hoje não tinha nada para vender. É inaceitável Senhores Deputados!” -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Participação do Município da Covilhã no Capital da ADS - Águas da Serra, SA***, foi a mesma ***aprovada por maioria, com 44 votos a favor e 11 votos contra (PS, CDU e BE)***. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Antes de os Cidadãos, inscritos, fazerem a sua intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou que este período é só para pedido de esclarecimentos. -----

--- Foram intervenientes os Cidadãos:

--- O Senhor José Alberto Marques Batista, representante dos Trabalhadores da ADC: “Alguns dos esclarecimentos foram proferidos já aqui pelo Senhor Presidente, no

entanto eu quero referir que estou aqui representando os Trabalhadores da ADC e gostaria que me fosse permitido transmitir qual é o sentido dos Trabalhadores e também do Sindicato que os representa. Eu não ocuparia muito tempo, seriam dois ou três minutos.

Se não me for permitido transmitir aquilo que é a opinião do Sindicato e o sentir dos Trabalhadores eu não intervenho”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou, o Senhor José Alberto Marques Batista, que não é este o local, próprio, para essa intervenção. -----

--- O Senhor António Ramos Cardoso: “Aquilo que eu venho aqui levantar foi-me suscitado pelo início desta Assembleia. Passados trinta anos, mais de trinta anos, do funcionamento Democrático desta Assembleia, onde participei como assistente, em dezenas de Sessões, pela primeira vez foi coarctado, à População que quis assistir à Assembleia, o direito de o fazer e de ter acesso livre ao local onde ela decorre.

Por outro lado, também, pela primeira vez, e há aqui vários Senhores que utilizaram aqui a palavra durante várias vezes, nomeadamente, pela Bancada do Partido Social Democrata, que se lembram muito bem, que é a primeira vez, que assisto e vêm a esta Assembleia Forças Policiais e ela é vigiada directamente na Rua por Agentes da Autoridade.

A Covilhã começa a ficar cheia e farta de por tudo e por nada os Agentes da Autoridade serem chamados à presença aqui na Assembleia e fora do local. Por isso eu quero fazer um pedido de esclarecimento, como Município tenho esse direito, que é de saber quem pediu a presença das Forças de Autoridade no exterior da Assembleia e no interior da Assembleia? O Presidente da Mesa? O Presidente da Câmara?” -----

--- O Senhor Aníbal Correia Cabral: “Senhor Presidente, é uma questão muito simples. Depois de ter vendido a Serra da Estrela, depois de ter vendido os melhores terrenos agrícolas da Cova da Beira, depois de ter vendido o Pelourinho o espaço à superfície, depois de ter vendido o Campo das Festas, o Mercado Municipal, as Águas da Covilhã, as Rendas Sociais o que é que vai vender a seguir? O Sol? A simpatia do Povo? Os Tribunais? A maioria do PSD não deve ser, porque essa não vale grande dinheiro!” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia: “Eu pergunto, aos Senhores Deputados Municipais, se viram alguma Força Policial, dentro das Instalações da Assembleia? Alguém viu? Dentro das Instalações? Eu não vi ninguém aqui dentro, nem foi requisitado policiamento!” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Senhor Presidente, eu não tenho perguntas para responder.

Quanto à primeira intervenção: conheço a posição do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, relativamente à matéria de privatizações, aqui, em Valença do Minho, em Vila Real de Santo António, em todo o lado, é pública.

O Senhor Presidente do Sindicato, por outro lado, sabe a posição da Câmara e sabe, outra coisa. É que, com esta Câmara, deixou de haver situações laborais por resolver, dentro dos Serviços Municipalizados da Covilhã e hoje das Águas da Covilhã. Ele sabe disso! Ele sabe disso e sabe dos benefícios que esta Câmara transmitiu aos Trabalhadores.

Quanto às outras duas intervenções: Eu, como muitos dos que aqui estão, desde 1974 que conhecemos os aspectos positivos e os aspectos negativos dos Partidos Políticos. O Partido Comunista não foge à regra!

Quem, como eu, há tantos anos na Covilhã, decidiu participar civicamente na vida pública está habituado a que venham, designadamente este último Senhor que aqui esteve, alguns insultos. Os insultos não têm resposta!

Quanto à questão concreta, que me foi colocada, sobre aquilo que está agora na moda, que é a intervenção, nalguns casos com razão, da PSP a visitar algumas paragens, desconhecia em absoluto!

Entrei pela porta principal, como sempre entro!

Estive a dar as informações, que entendia necessárias, por parte da Câmara.

Fantasmas? Não tragam Fantasmas para a vida da Covilhã!

Somos um Povo pacífico e ordeiro!

Factos políticos, para passarem na Televisão, já chegam aqueles que temos de outras partes do País!" -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

A Chefe de Secção,